

04/04/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[BNCC e os anos finais do ensino fundamental](#)

[Vélez quer tirar golpe dos livros didáticos](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Vai vendo](#)

[Ministro diz que não houve golpe em 1964 e que livros didáticos vão mudar](#)

[Gráfica do Enem em falência perdeu imóveis e deve R\\$ 180 milhões](#)

[MEC quer avaliação de alfabetização de 2019 apenas em amostra de escolas](#)

[Corte orçamentário de 42% em ciência e tecnologia preocupa entidades](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Aposta do governo para EAD, Univesp tem alta evasão e só forma 174 alunos](#)

[Há desperdício de recursos, diz especialista](#)

[Não houve golpe e livros serão alterados, diz Vélez](#)

[MEC cancela viagem de 'olavistas' a Paris](#)

O GLOBO - RJ

[Vélez quer revisão da ditadura em livros didáticos](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[O professor brasileiro está sozinho em uma escola cheia](#)

[Minha ligação com Olavo é imaginação](#)

[Sensibilidade ganha novo espaço nos cursos de MBA](#)

[100 dias de inoperância](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Vélez diz que não houve ditadura e que referências em livros didáticos serão mudadas](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Repasse do Fundeb para Roraima cresce no primeiro trimestre](#)

METRO-DF

[Educação. MEC recua de viagem de assessores ligados a Olavo](#)

O DIA - RJ

[Inscrições abertas para curso Pré-Enem gratuito](#)

Agências de notícias e sites

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[Livros pró-golpe de Vélez seriam improbidade administrativa. E estupidez](#)

CORREIO WEB

[MPF pede novos esclarecimentos ao INEP sobre comissão de análise do ENEM](#)

PORTAL EXAME

[Vélez diz que não houve golpe em 64 e livros didáticos serão alterados](#)

PORTAL VEJA

[Livros didáticos devem revisar referências à ditadura militar, diz Vélez](#)

[Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril](#)

R7

["Ensino em casa é para quem quer e pode", diz vereador de São Paulo](#)

TERRA

[Aposta do governo para EAD, Univesp tem alta evasão e só forma 174 alunos](#)
[Vélez diz que livros didáticos vão mudar porque "não houve golpe em 1964"](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Vélez diz que livros didáticos vão mudar porque "não houve golpe em 1964"](#)

Agências de notícias e sites

AMAZONAS+

[Fapeam lança edital para melhorar a qualidade do ensino de pós-graduação no Amazonas](#)

AMAZONAS NOTÍCIAS

[Fapeam lança edital para ensino de pós-graduação no Amazonas](#)

AMAZONIA

[Fapeam lança edital para melhorar a qualidade do ensino de pós-graduação no Amazonas](#)

G1

[Fapeam oferece 50 bolsas para os cursos de mestrado e doutorado no Amazonas](#)

GAZETA DO CERRADO

[Após reação de alunos, UFT alega que obras em biblioteca são para atender acessibilidade](#)

PORTAL DA AMAZÔNIA

[Fapeam lança edital para melhorar a qualidade do ensino de pós-graduação no Amazonas](#)

UFSC

[Seleção de candidatos/as às bolsas para professor visitante no exterior – CAPES PRINT](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC quer avaliação de alfabetização de 2019 apenas em amostra de escolas](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[MEC cancela viagem de olavistas a Paris em novo caso da crise na pasta](#)

CORREIO WEB

[Coordenador do MEC analisa o grande debate sobre métodos de alfabetização](#)

G1

[Unig cancela mais de 65 mil registros de diplomas no país](#)

METRÓPOLES

[Maior pensador vivo, diz nomeado no MEC sobre Olavo de Carvalho](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Sem experiência e contra Lei da Palmada, olavista ganha cargo no MEC](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - AM

[Fapeam lança bolsas de mestrado e doutorado](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Em defesa da ciência e tecnologia](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Parceria em prol da educação](#)

EXTRA - RJ

[Graduação EAD para agentes da segurança pública](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[MEC garante o Enem 2019](#)

MEIO NORTE - PI

[Governador busca prorrogar convênios com Uespi](#)

[Comunicação e saúde: educação permanente](#)

METRO-DF

[Após falhas, MEC adia prazo do Fies](#)

Agências de notícias e sites

CAMPO GRANDE NEWS

[Os alunos, as universidades e o Código do Consumidor](#)

CORREIO DOS CAMPOS

[Professores de Direito da UniSecal são aprovados em mestrado e doutorado](#)

METRÓPOLES

[Mulher cede dados da filha para fraudar bolsa da Capes e é condenada](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Universidade cancela 65 mil diplomas após investigação](#)

AGÊNCIA VALOR

[MEC está sem liderança, diz secretário-executivo de Educação de SP](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Demissões no MEC em disputa interna já causaram R\\$ 171 mil de desperdício](#)

PORTAL ÉPOCA

[O sepultamento do plano de investir 10% do PIB na educação](#)

R7

[Vagas : Inep abre inscrições para seleção do Enade 2019](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

BNCC e os anos finais do ensino fundamental

MOZART NEVES RAMOS

Diretor do Instituto Ayrton Senna. Foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco e secretário de Educação de Pernambuco

Costuma-se dizer que a etapa mais desafiadora da educação básica é o ensino médio (EM), em função dos baixos índices de aprendizagem e do abandono escolar. Mas, se olharmos com um pouco mais de atenção, veremos que esse desafio, na prática, começa nos anos finais do ensino fundamental (EF). Os números mostram, com base nos resultados da Prova Brasil, que, de cada 100 alunos que concluem o 9º ano do EF, apenas 34 aprenderam o que seria esperado em língua portuguesa — muito aquém dos 70% da meta estabelecida pelo movimento Todos pela Educação para 2022. Em matemática, a situação é ainda mais grave: apenas 15 de cada 100.

Outra questão desafiadora, além do aprendizado, refere-se à reprovação e ao abandono escolar. Com base no Censo Escolar de 2015, o número de alunos reprovados que abandonaram os anos finais do ensino fundamental foi de 1.779.134! Se levarmos em conta que o aluno dessa etapa da educação básica, com base nos cálculos de custo/aluno do Inep do Ministério da Educação, custa R\$ 6.271, isso significa que o país perdeu R\$ 11,2 bilhões devido à reprovação e ao abandono escolar.

O caminho para mudar essa realidade pode vir com a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), que, no tocante a essa etapa da educação básica, se encontra em pleno processo de implementação pelas redes de ensino de todo o Brasil. Um alento nessa atmosfera sombria do Ministério da Educação.

Uma das razões do baixo desempenho dos alunos brasileiros nas avaliações nacionais e internacionais é a ausência de indicações claras do que eles devem aprender para enfrentar com êxito os desafios do mundo contemporâneo. A adoção da BNCC enfrenta diretamente esse problema, ao indicar com clareza quais as competências que os alunos devem desenvolver e quais os conteúdos essenciais para o seu aprimoramento. Dessa forma, escolas e professores terão bem mais clareza do que os alunos devem aprender e do que devem ser capazes a partir desse aprendizado.

Além disso, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais e possibilite o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo — e que seja também balizadora da qualidade da educação. Nesse aspecto, estamos nos referindo ao direito dos estudantes a aprender e a se desenvolver, contribuindo para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

É ainda importante ressaltar que, nessa etapa da educação básica, o adolescente passa por transformações importantes, tanto no ambiente escolar — na transição do quinto ano dos anos iniciais para o sexto ano dos anos finais do EF, saindo do professor generalista para o professor especialista — quanto no campo pessoal, no que se refere tanto ao seu desenvolvimento físico, emocional e social quanto à sua capacidade cognitiva e à sua rotina dentro e fora da escola. Por isso, é fundamental que nessa etapa a abordagem pedagógica esteja cada vez mais direcionada para a intenção de despertar a autonomia e o protagonismo do estudante, preparando-o para o ingresso no ensino médio.

As principais mudanças nos anos finais do ensino fundamental podem ser agrupadas em três grandes eixos: 1) Tecnologia e cultura digital como uma estratégia de criar conexões com os adolescentes das novas gerações. Uma boa referência de como implementar as habilidades digitais propostas na BNCC é a plataforma lançada pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb). A ferramenta é gratuita e pode ser acessada em <http://curriculo.cieb.net.br/>; 2) Protagonismo juvenil — Aqui se espera que a escola proporcione um ambiente no qual os adolescentes desenvolvam cada vez mais a sua autonomia, tanto no que se refere à administração dos seus próprios estudos quanto à sua atuação em sociedade, na perspectiva de construir o seu projeto de vida; e 3) Projeto de vida (PV) — Será determinante para as escolhas a fazer no ensino médio. Por isso, é fundamental iniciá-los já nos anos finais do ensino fundamental. O PV é um processo de planejamento no qual os estudantes buscam o autoconhecimento e estabelecem estratégias para alcançar seus objetivos.

Por fim, espera-se que o Ministério da Educação, como coordenador nacional das políticas públicas da educação brasileira, promova as condições necessárias — não só financeiras — para que estados e municípios tenham êxito na implementação da BNCC.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Vélez quer tirar golpe dos livros didáticos

Ministro da Educação diz que crianças devem saber que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Para ele, não houve ditadura militar: "O regime democrático de força era necessário naquele momento"
SOCIEDADE »

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse ontem que “haverá mudanças progressivas” nos livros didáticos para resgate de visão sobre o regime militar. Em entrevista ao Valor Econômico, ele afirmou que o objetivo é que as “as crianças possam ter a ideia verídica, real” do que foi aquele momento histórico. Na avaliação de Vélez, não houve golpe em 31 de março de 1964, e o regime também não foi uma ditadura.

“A história brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castello Branco (que assumiu após o golpe) no poder não foram os quartéis”, afirmou. Sobre o regime militar, que durou até 1985, Vélez afirmou que surgiu “de uma composição e de uma decisão política (...) em que o Executivo chamou para si mais funções”.

Apesar da perseguição política, da censura, das torturas e dos assassinatos, o ministro da Educação destacou que se tratou de um “regime democrático de força, porque era necessário nesse momento”.

Na última segunda-feira, o ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, também negou que o regime militar instaurado em 1964 tenha sido um golpe de Estado, mas reconheceu: “Foi uma ditadura com algumas características. Nem todas são iguais”.

Para a diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa, o pronunciamento sobre a intenção de mudar o conteúdo da história reafirma o perfil de retrocesso do MEC. “Não se pode negar a história. A história contada hoje é a real. O que querem fazer, de fato, é a versão única de um olhar militarizado. É um empobrecimento negar a história que o país viveu na ditadura”, criticou. “Não se pode passar para alunos uma história que não é real. Querem retratar uma posição daqueles que praticaram a ditadura. Há coisas mais importantes para ser feitas. No DF, há escolas sem livros didáticos até hoje. Não se altera conteúdo sem discussão na sociedade, de quem está nas escolas. Isso é imposição, autoritarismo.”

O diretor de Estratégia Política do Todos pela Educação, João Marcelo Borges, disse que não cabe a Vélez isoladamente decidir o conteúdo dos livros didáticos. “Nenhum ministro é suficiente para mudar o conteúdo dos livros. Se está insatisfeito, tem de compor comissão segundo as regras da governança pública, contendo participação da sociedade e da academia, para que essa comissão proponha os conteúdos mais adequados”, ressaltou.

Para Borges, o que cabe a Vélez, na verdade, é seguir o que foi aprovado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). “Os conteúdos estão lá, mas não foram implementados. Têm de ser traduzidos em currículo. Os livros precisam ser atualizados na base, mas a base aprovada não contempla a visão do ministro”, disse. “Ele deveria estar preocupado em garantir a distribuição dos livros para este ano, que já estão atrasados, e acelerar o processo de adaptação dos livros didáticos que fazem parte do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) aos conteúdos que estão na

Base do ensino fundamental e médio. É muito mais importante do que entrar em mais uma disputa ideológica.”

Inep

O Ministério Público Federal considerou insuficientes as informações prestadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) acerca da comissão instituída pelo órgão para avaliar o conteúdo das questões do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Ontem, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), solicitou à pasta novos esclarecimentos sobre o tema e concedeu um prazo de cinco dias para respostas.

A comissão para análise do banco de questões foi criada no último dia 20. O grupo teria acesso ao ambiente de segurança máxima e a todo banco de dados do Exame para verificar “a pertinência com a realidade social”. O decreto de mudança foi publicado no Diário Oficial. No dia seguinte, a PFDC enviou ao Inep um ofício pedindo esclarecimentos sobre a comissão.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Vai vendo

Deputados ligados ao movimento estudantil dizem que Ricardo Vélez (Educação) brinca com fogo ao anunciar uma intervenção no material didático para fazer revisionismo da ditadura. Ex-membros da equipe dele no MEC classificaram a medida como uma tentativa desesperada de se manter no posto.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/04/tumulto-com-guedes-coroa-estrategia-do-centrao-de-expor-falta-que-tropa-de-choque-faz-a-bolsonaro/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ministro diz que não houve golpe em 1964 e que livros didáticos vão mudar Obras usadas em escolas terão versão mais ampla da história, diz Vélez; historiadores criticam

São Paulo

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que serão feitas mudanças no conteúdo dos livros didáticos do país no que diz respeito ao golpe militar de 1964 e a ditadura que se seguiu durante 21 anos.

Para o ministro, não houve golpe, e o regime militar não foi uma ditadura. As declarações foram dadas em entrevista ao jornal Valor Econômico. "Haverá mudanças progressivas [no conteúdo dos livros didáticos] na medida em que seja resgatada uma versão da história mais ampla", afirmou Vélez.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/livros-didaticos-vao-negar-golpe-militar-e-ditadura-diz-ministro-da-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Gráfica do Enem em falência perdeu imóveis e deve R\$ 180 milhões RR Donnelley imprime as provas desde 2009; Inep mantém cronograma

Brasília

A empresa defende, na petição judicial, que os contratos para impressão de avaliações federais não assegurariam receita estável, por dependerem de renovação anual. A RR Donnelley imprime as provas do Enem desde 2009 por meio de apenas dois processos licitatórios: em 2010 e 2016 —este último, questionado no TCU (Tribunal de Contas da União) por suposto direcionamento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/grafica-do-enem-em-falencia-perdeu-imizeis-e-deve-r-180-milhoes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC quer avaliação de alfabetização de 2019 apenas em amostra de escolas
Ministério suspendeu prova, voltou atrás e agora planeja testar parte dos alunos
Brasília

Depois de suspender a avaliação de alfabetização e recuar da decisão, o governo Jair Bolsonaro (PSL) pretende aplicar a prova deste ano apenas de forma amostral. Ao invés de buscar avaliar todos os alunos nessa etapa, o MEC (Ministério da Educação) irá aplicar a prova a um conjunto de escolas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-quer-avaliacao-de-alfabetizacao-de-2019- apenas-em-amostra-de-escolas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Corte orçamentário de 42% em ciência e tecnologia preocupa entidades
Durante a campanha, Jair Bolsonaro disse que meta era aumentar financiamento na área
São Paulo

As principais entidades científicas e de ensino superior do país criticaram, em carta conjunta, o congelamento de 42% das despesas de investimento do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) anunciado pelo governo federal na semana passada.

Segundo elas, áreas importantes como o enfrentamento de epidemias emergentes, a busca por novas fontes de energia e as pesquisas em segurança alimentar podem ser duramente afetadas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/04/corte-orcamentario-de-42-em-ciencia-e-tecnologia-preocupa-entidades.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Aposta do governo para EAD, Univesp tem alta evasão e só forma 174 alunos

Educação. Universidade Virtual do Estado de São Paulo teria 4 mil graduados se não houvesse desistências. Depois de número de vagas abertas nos vestibulares aumentar mais de 1.000% nos últimos quatro anos, governo paulista anuncia redução da oferta

Criada com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) conseguiu que apenas 174 alunos concluíssem a graduação nos últimos cinco anos. A instituição é a única estadual paulista a ofertar cursos na modalidade de ensino a distância (EAD), mas sofre com a alta taxa de evasão e baixa procura de alunos. Após dois anos ampliando o número de vagas, o governo estadual anunciou que vai encolher a oferta.

A instituição iniciou suas atividades em 2014 com a oferta de 3,3 mil vagas e no ano seguinte, de 918. Seguindo o tempo correto de graduação, esses alunos deveriam ter se formado ao final de 2017 e 2018. No entanto, até agora, há apenas 174 formados e 737 em fase final de conclusão – menos de 30% dos que entraram na primeira turma.

Nos últimos quatro anos, o número de vagas ofertadas nos vestibulares da instituição cresceu mais de 1.000%, passando de 3,3 mil, em 2014, para 42 mil, no ano passado. No entanto, a universidade tem dificuldade para preencher todas as vagas criadas – das 21.650 abertas em agosto de 2018, só 16 mil foram preenchidas. Ou seja, 35% não tiveram interessados. Além disso, as graduações têm uma taxa média de desistência no primeiro semestre do curso de 32%.

“A instituição se esforçou para ampliar o número de vagas e cursos ofertados, mas não consegue fazer esse aluno ficar e se formar, o que deveria ser o mais importante”, diz Rodolfo Azevedo, presidente da Univesp.

Por isso, segundo ele, a universidade pretende no próximo vestibular, em agosto, abrir menos vagas (5 mil) e iniciar um processo para redimensionar a oferta de acordo com a demanda regional.

Azevedo avalia que a expansão dos últimos anos não levou em conta o tamanho e as especificidades dos municípios. Ele conta, por exemplo, que há cidades com 10 mil habitantes que tiveram a oferta de mais de 250 vagas em um único vestibular – a maioria das novas vagas foi aberta em pequenos municípios, em regiões afastadas da Grande São Paulo, onde não existia nenhum curso superior público. “Sabemos que, em média, 1% da população de cada município conclui o ensino médio a cada ano. A oferta tem de ser pensada dentro dessa proporção”, afirma o presidente.

Mesmo com uma população um pouco maior, o polo de Borborema, cidade de 14 mil habitantes na região de Araraquara, não conseguiu preencher e manter os alunos. No último vestibular, por exemplo, foram oferecidas cem vagas para os cursos de Pedagogia e Engenharia de Produção – continuam frequentando as aulas 36 e 19 alunos, respectivamente.

Tatiane Salomão, orientadora do polo, diz que as desistências ocorrem principalmente quando os alunos não conseguem acompanhar o conteúdo ou ter disciplina para estudar em casa. Foi o caso do funcionário público Diogo Vanalli, de 25 anos, que entrou em Engenharia de Produção no ano passado, mas abandonou a graduação no semestre seguinte do ingresso. “Eu estava gostando, mas faltava tempo para estudar, as

disciplinas eram puxadas e não tinha como tirar muitas dúvidas”, conta.

Procedimentos. Segundo Azevedo, a instituição prepara um estudo para identificar os principais problemas de preenchimento e permanência nas vagas. No entanto, diz já ter identificado que procedimentos internos “prendem” alunos nos cursos quando há reprovação em uma disciplina. Há também problemas burocráticos e faltam apoio e acompanhamento dos estudantes durante os estudos.

Aos 40 anos, Ricardo Firmino decidiu fazer sua segunda graduação pela Univesp em 2017. Apesar de a formação em Pedagogia ser um sonho antigo, ele conta que já pensou em desistir do curso por conta dos problemas administrativos. “As aulas são ótimas e o conteúdo, puxado e denso. O problema é que o aluno fica muito abandonado. Eu consegui um estágio há dois meses e até agora não obtive a assinatura da universidade.”

Azevedo destaca também a questão da formação deficiente no ensino médio nas disciplinas de exatas e biológicas. “Precisamos dar ferramentas e apoio para que esse aluno consiga acompanhar o conteúdo de cursos mais puxados, como Engenharia.” Na área, a evasão chega a quase 40% no primeiro semestre. Para esse acompanhamento, foram contratados este ano 800 bolsistas, que são pósgraduandos das outras três universidades paulistas, para tirar dúvidas dos alunos da Univesp.

Em nota, a gestão do ex-governador Márcio França (PSB), que era vice-governador em 2017, quando houve a maior expansão da Univesp, criticou a decisão da gestão João Doria (PSDB), por “tirar a oportunidade de milhares de jovens do Estado que sonham em fazer uma universidade pública de qualidade”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Há desperdício de recursos, diz especialista

Quando vaga é aberta, poder público se prepara para arcar com custos, afirma Ocimar Avalarse, professor da USP

Especialistas da área dizem que, apesar da tendência nacional de maior evasão nos cursos da modalidade a distância, os dados da Univesp preocupam pelo desperdício de recurso público e falta de atenção às necessidades de quem procura o ensino superior. O Mapa do Ensino Superior de 2018, feito pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), mostra que, enquanto o índice de abandono é de 18,5% nas graduações presenciais da rede pública, ele chega a 30,4% na modalidade a distância – durante todo o período do curso.

“Um índice tão alto mostra a necessidade de um balanço e uma reflexão crítica sobre o que se está ofertando. Sempre que se abre uma vaga, o poder público se prepara para arcar com os custos dela. Então, qualquer vaga não ocupada ou que foi abandonada representa desperdício”, afirma Ocimar Alavarse, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Betina Von Staa, consultora da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), diz que as universidades particulares, ao perceberem a alta taxa de evasão na modalidade a distância, adotaram uma série de ações para reverter a situação e evitar prejuízos. “É preciso pensar em uma série de estratégias: atendimento personalizado, orientação profissional e psicológica, e até mesmo ajuda para organizar

Falta de tempo para estudar e dificuldade de acompanhar o conteúdo são as principais queixas dos estudantes da Univesp nas redes sociais. Eles ainda relatam problemas técnicos, como as plataformas de ensino com lentidão ou fora do ar. “O ensino a distância é calcado na tecnologia. Se ela não funcionar bem, o aluno vai ser prejudicado e perder o interesse”, afirma Alavarse.

Com alta evasão e baixa procura, governo do Estado deve diminuir oferta de vagas. nos últimos anos – 63 de um total de 330 – não tinham estrutura adequada para as atividades presenciais que ocorrem uma vez ao mês. Segundo a instituição, esses polos não devem ofertar novas vagas no próximo vestibular para que tenham tempo de se adequar às necessidades dos cursos. “A ideia não é punir ninguém, não vamos fechar esses polos. Mas não vamos continuar abrindo vagas sem que os alunos possam ter boas condições de estudar nesses lugares”, diz o presidente da Univesp, Rodolfo Azevedo.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Não houve golpe e livros serão alterados, diz Vélez

Ministro diz a jornal que houve ‘mudança de tipo institucional’ em 64 e que se estabeleceu ‘regime democrático de força’

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse ontem que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu. A declaração foi feita durante uma entrevista do ministro ao jornal Valor Econômico e publicada ontem no site.

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma “mudança de tipo institucional”.

Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um “regime democrático de força”. A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam “progressivas”, e devem ocorrer “na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história”.

Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é “regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história”.

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu às perguntas enviadas pela reportagem do Estado. Reação. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos. O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, ressaltou que todo e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões. “O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa”, disse Grangeiro. “A Abrale é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC cancela viagem de 'olavistas' a Paris

O MEC cancelou a viagem a Paris de três assessores ligados ao escritor Olavo de Carvalho. A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União. No dia anterior, o Estado havia divulgado que a decisão da pasta de bancar os custos de passagem e diárias da equipe havia causado incômodo no governo.

Bruna Luiza Becker, assessora especial, Mariana Nascimento Santos, chefe interina da assessoria internacional da pasta, e Murilo Rezende Ferreira, assessor do gabinete do ministro Vélez Rodríguez, visitariam as instalações da Casa França-Brasil, e participariam de reunião com a delegação brasileira na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de sessão do Education Policy Committee (EDPC).

O despacho cancelando a viagem foi assinado por Ricardo Machado Vieira, recém-nomeado secretário executivo do MEC – segundo posto na hierarquia. Tenente-brigadeiro, ele assumiu o cargo na semana passada, em meio à disputa entre militares e “olavistas” por influência e espaço na pasta.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Vélez quer revisão da ditadura em livros didáticos

Ministro da Educação diz que golpe militar foi regime democrático de força e anuncia modificação em material escolar para que crianças tenham a ideia real do que foi sua História; para especialista, afirmação tenta negar o que é inegável

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou ontem que os livros didáticos passarão por uma revisão para que as crianças "possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua História". Em entrevista ao "Valor", Vélez citou como exemplos o golpe de 1964, que classificou como constitucional, e a ditadura militar, que disse ter sido "um regime democrático de força".

— (O golpe) Foi uma votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente. Era a Constituição da época e foi seguida à risca. Houve uma mudança de tipo institucional, não foi um golpe contra a Constituição da época, não — analisou o ministro, segundo quem a ditadura surgiu "de uma composição e de uma decisão política (...) em que o Executivo chamou a si mais funções".

"MUDANÇAS PROGRESSIVAS"

O atual dirigente do MEC disse que cabe aos historiadores fazer "a reconstituição desse passado para realmente termos consciência do que fomos, do que somos e do que seremos" e que, com essa revisão, os livros didáticos teriam "mudanças progressivas".

— O papel do MEC é garantir e regular a distribuição do livro didático, e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua História—afirmou.

Para Carlos Fico, professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um dos principais pesquisadores sobre o período, a fala do ministro é "lamentável".

— É um insulto à inteligência e uma afirmação da ignorância. É tentar negar o que é

inegável. Além de um desconhecimento de historiografia e do material didático brasileiro, que tem pesquisas muito críticas a esse período e sem ocultar aspecto nenhum. A produção didática não é esquerdista, ela também vê de maneira crítica a esquerda. Temos títulos que são muito criticados pela esquerda — analisa Fico.

O historiador ainda aponta distorções sobre fatos históricos na fala do ministro. Fico lembra que o Congresso declarou que a cadeira de presidente da República estava vaga com João Goulart ainda no país, o que não obedecia à Constituição da época. Em 2013, o Congresso Nacional anulou a sessão que afastou João Goulart da presidência e abriu caminho para os militares por considerá-la inconstitucional. Já a eleição indireta que escolheu Castelo Branco como primeiro presidente militar daquele período foi feita após a cassação de congressistas.

APOIO QUESTIONADO

Ainda sobre o argumento que o episódio teria sido uma decisão soberana da sociedade, Fico relata que essa visão mostra mais uma aparência do que uma realidade.

— O golpe de 1964 foi um golpe violento que teve um derrotado: a sociedade brasileira. Apesar de marcos como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" e o apoio de diversos setores, como a Igreja e a imprensa, que depois se tornaram críticas à ditadura, não existiu um clamor pela derrubada de Goulart.

O historiador aponta que novas descobertas confirmam essa visão.

— Recentemente foram divulgadas pesquisas do Ibope, de momentos antes do golpe, que mostram a popularidade de João Goulart. Ou seja, uma coisa são as manifestações mais visíveis, outras são pesquisas com uma maior pluralidade. Inclusive, essa pesquisa foi encomendada por setores conservadores e, depois, escondida — relata Fico.

A pesquisa do Ibope mencionada pelo historiador só foi divulgada em 2013, pela Universidade de Campinas (Unicamp), e mostra que João Goulart ganharia as eleições de 1965 e que seu governo, na semana anterior ao golpe, tinha aprovação de 70% dos entrevistados.

O historiador também rebate o ministro afirmando que o regime militar teve "todas as características de uma ditadura" com eleições canceladas, Congresso fechado e aparato policial de perseguição, tortura e assassinato.

—É uma visão equivocada a do ministro e uma tentativa de justificar o injustificável — finaliza Fico.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação não respondeu até a conclusão desta edição.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

O professor brasileiro está sozinho em uma escola cheia

O debate em torno da Educação no Brasil há tempos traz diagnósticos muito semelhantes: vários alunos saem das escolas sem saber ler e escrever adequadamente (segundo o MEC, sete em cada dez alunos do ensino médio têm nível insuficiente em

português e matemática), tornam-se jovens sem perspectivas e se transformam em adultos despreparados para a sociedade. Diversas avaliações mostram resultados decepcionantes com relação aos estudantes brasileiros. No entanto, quase não se tem ouvido um dos lados mais importantes nesta história: o professor.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniaio/6196967/o-professor-brasileiro-esta-sozinho-em-uma-escola-cheia>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Minha ligação com Olavo é imaginação

"Boa noite, sou o coronel Mendonça. O ministro já vai atendê-los, um minutinho só."

Foi dessa maneira que o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério da Educação (MEC), Marcelo Mendonça, apresentou-se à reportagem do Valor, que havia agendado na noite de terça-feira uma entrevista com o ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6196925/minha-ligacao-com-olavo-e-imaginacao>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Sensibilidade ganha novo espaço nos cursos de MBA

Passa um pouco das 8h de sábado, hora do café da manhã ou de estar dormindo. Mas no centro de Londres mais de 100 estudantes estão reunidos para falar de si mesmos. Isso pode não ser um esforço tão grande para um grupo de estudantes de MBA altamente ambiciosos. Mas a aula de "dinâmicas interpessoais" da London Business School (LBS) não é sobre narcisismo desenfreado. Na verdade, ela encoraja os participantes a desenvolver o autoconhecimento, praticar a plena atenção por meio do "mindfulness" e lidar com conversas difíceis no trabalho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6196881/sensibilidade-ganha-novo-espaco-nos-cursos-de-mba>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

100 dias de inoperância

O levantamento mostra que o ministro da Educação não é um ponto fora da curva. O padrão "lista de desejos", que desmoralizou Ricardo Vélez na comissão da Câmara contaminou o governo e dificulta o cumprimento das metas. Entre as 35, anunciou-se, por exemplo, a "intensificação do processo de inserção econômica internacional". Não se listaram medidas fiscais ou de desburocratização nesse sentido. No limite, a viagem aos EUA o governo brasileiro colaborou com a inserção internacional dos exportadores americanos de trigo e de carne suína.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6196889/100-dias-de-inoperancia>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Vélez diz que não houve ditadura e que referências em livros didáticos serão mudadas

Segundo jornal, que as mudanças em livros didáticos seriam "progressivas"

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu. A declaração ocorreu em uma entrevista do ministro ao jornal Valor Econômico, publicada nesta quarta-feira, 3.

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma "mudança de tipo institucional". Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força". A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam "progressivas", e devem ocorrer "na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história". Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é "regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história".

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu à reportagem. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, ressaltou que todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.

"O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa", disse Grangeiro. "A Abrali é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões."

topo 

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Repasse do Fundeb para Roraima cresce no primeiro trimestre

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) destinado a Roraima teve um aumento no primeiro trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação e Desportos (Seed).

A secretaria informou que neste ano já foram repassados R\$ 118.886.596,59 para o Estado. Em 2018, durante o mesmo período, o valor foi igual a R\$ 105.638.842,78.

Em janeiro de 2019, foram recebidos R\$ 41.853.167,75. Já em janeiro de 2018, o repasse foi de R\$ 31.601.608,94, ou seja, houve um aumento de 32,43%. Em março deste ano, foram R\$ 34.473.859,92 e no mesmo mês no ano passado, R\$ 24.748.967,59, um aumento de 39,28%.

A Seed informou por meio de nota que os valores repassados são referentes a transferências constitucionais e dependem da arrecadação de impostos da União e também estaduais.

O CUSTO DE CADA ALUNO – Também por meio de nota, a Seed informou que o custo de cada aluno varia de acordo com a localidade e etapa do ensino. Nofundamental, por exemplo, nas séries finais da área rural, o custo por aluno é de R\$ 5.866,77 por ano.

Já o estudante de séries finais da área urbana, custa R\$ 5.377,87. O estudante do ensino médio da área urbana, R\$ 6.111,22, e da área rural R\$ 6.355,67, e os estudantes de tempo integral e técnico profissional, R\$ 6.355,67.

Para o aluno da Educação Especial, o valor anual é de R\$ 5.866,77, e o estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o valor fica em R\$ 3.911,18. Para o aluno indígena, o valor do recurso anual é de R\$ 5.866,77.

CENSO ESCOLAR – Em 2017, o Censo registrou 71.742 alunos matriculados na rede estadual e em 2018, 72.471. Em relação aos alunos venezuelanos, em 2017, eram 359 e em 2018 foram registrados 1.417.

O censo de 2019 ainda não foi realizado, pois a coleta sempre se inicia em maio. Portanto, não há como saber o número de alunos matriculados na rede estadual, nem o de crianças venezuelanas, mas a estimativa da Seed é que os estudantes venezuelanos já passem de dois mil.

Existem 383 escolas no Estado de Roraima, destas, 59 estão na capital, 64 no interior, tanto na área urbana, quanto na rural, e 260 são indígenas. (F.A)

topo ↕

METRO-DF - BRASIL

Educação. MEC recuadeviagem de assessores ligados a Olavo

Após um mês conturbado e longe de consolidar uma gestão mais estável, o MEC (Ministério da Educação) entrou novamente em uma saia justa ao cancelar, ontem, a ida à Paris de três assessores da pasta vinculados ao escritor Olavo de Carvalho, segundo informações do jornal “Estado de S. Paulo”. De acordo com a reportagem, a viagem, que seria toda custeada pelos cofres públicos e realizada entre 6 e 14 deste mês, causou desconforto no Palácio do Planalto. Em despacho publicado ontem no DOU (Diário Oficial da União) o MEC tornou sem efeito a autorização para a viagem da comitiva que visitaria as instalações da Casa França-Brasil e participaria de reunião junto à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e de uma sessão do EDCP (Education Policy Committee). É mais um capítulo de recuos de decisões e nomeações feitas no ministério.

topo ↕

O DIA - RJ - O DIA NO ESTADO

Inscrições abertas para curso Pré-Enem gratuito

São mais de 1,7 mil vagas para unidades do Firjan Sesi em diversas regiões do estado

Rio - As escolas Firjan Sesi do Estado do Rio estão com inscrições abertas para curso preparatório para o Enem. No total, o Pré-Enem oferece 1.750 vagas gratuitas, espalhadas em diversos municípios fluminenses. Os candidatos devem se inscrever até 12 de abril.

O curso terá carga horária de 336 horas, divididas nas áreas de Linguagens (Português, Produção Textual e Língua Estrangeira), Matemática, Ciências da Natureza (Física,

Química e Biologia), Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia). Para se candidatar, interessados precisam estar matriculados no 2º ou 3º anos do Ensino Médio — da Educação Regular ou da Educação de Jovens e Adultos — de qualquer escola da rede pública ou já terem concluído o Ensino Médio. A idade mínima é de 15 anos.

No ato da matrícula é preciso ter originais e cópias da carteira de identidade e do CPF — os menores de 18 anos precisam levar os documentos dos pais ou do responsável —, e dos comprovantes de escolaridade e de residência, além de duas fotos 3x4. Também é necessário levar autodeclaração de baixa renda feita de próprio punho pelo candidato maior de 18 anos ou pelo responsável do candidato menor.

As inscrições para o curso Pré-Enem devem ser realizadas presencialmente em uma das unidades Firjan Sesi, de segunda a sexta-feira, de 9h às 16h. Os menores de 18 anos precisam estar acompanhados do responsável. Mais informações no www.firjan.com.br/preenem e no telefone 0800 0231 231.

Segundo Giovanni Lima, gerente de Educação Básica da Firjan Sesi, as aulas acontecerão, em boa parte das escolas, em três dias da semana, com quatro horas por dia, no turno da noite. Contudo, em algumas unidades, as aulas poderão ser em quatro dias com três horas cada.

"Todas as matérias que compõem as áreas de conhecimento do Ensino Médio serão contempladas com aulas presenciais, contando, inclusive, com a perspectiva de simulados. Com a iniciativa, buscamos maior fundamentação dos alunos para a realização das provas, nos dias 3 e 10 de novembro, desenvolvendo competências importantes para bom rendimento, com intuito de levar o estudante a desenvolver o máximo do potencial e atingir o resultado desejado", destaca Lima.

topo ↕

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

Livros pró-golpe de Vélz seriam improbidade administrativa. E estupidez

A delinquência intelectual dessa gente é insaciável. E, se vocês notarem, os valentes não param. Não passa dia sem uma estupidez. O pior é as bobagens nem mesmo têm um eixo porque a miríade de extremistas de direita também não se entendem. Cada grupo reivindica a sua própria cota de estupidez. Vejam o que vai na Folha. Volto em seguida.

*

O ministro da Educação, Ricardo Vélz Rodríguez, afirmou que serão feitas mudanças no conteúdo dos livros didáticos do país no que diz respeito ao golpe militar de 1964 e a ditadura que se seguiu durante 21 anos. Para o ministro, não houve golpe, e o regime militar não foi uma ditadura. As declarações foram dadas em entrevista ao jornal Valor Econômico. "Haverá mudanças progressivas [no conteúdo dos livros didáticos] na medida em que seja resgatada uma versão da história mais ampla", afirmou Vélz. "O papel do MEC é garantir a regular distribuição do livro didático e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história."

Segundo o ministro, o golpe em 31 de março de 1964 foi "uma decisão soberana da sociedade brasileira" e a ditadura um "regime democrático de força". O presidente Jair Bolsonaro (PSL) e um de seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), já tinham manifestado intenção semelhante, propondo uma revisão histórica do período em livros

didáticos. "Um povo sem memória é um povo sem cultura, fraco. Se continuarmos no nosso marasmo os livros escolares seguirão botando assassinos como heróis e militares como facínoras", escreveu Eduardo em rede social, em janeiro.

(...)

Comento

O MEC é uma bagunça. Os brasileiros já pagam o pato. O Fies, que é o sistema de financiamento do ensino universitário, está paralisado. Vélez Rodriguez, esta figura patética, que só falta equilibrar uma bola no nariz e bater palminha para ver se garante o cargo — ou já não falta? —, não sabe o que diz. Levou um esculacho da jovem deputada Tábata Amaral (PDT-SP) em audiência na Câmara, mas não dá para saber se ele tem condições intelectuais de entender o que se disse lá.

Indicado por Olavo de Carvalho, caiu em desgraça no grupo liderado pelo sedizente filósofo. Agora, agarra-se ao coturno dos militares para ver se consegue se manter no cargo.

Essa história da revisão dos livros didáticos está entre os seus anúncios mais estúpidos. Notem que, em nome da isenção, ele decidiu que o Brasil terá uma história oficial, definida pelo governo de turno. Como Bolsonaro acha que não houve golpe, então se imprimirão livros para distribuir aos estudantes negando o golpe... Se for sucedido por alguém que ache o contrário, far-se-á o contrário. E assim passaremos um pedaço da eternidade a negar ou a asseverar a existência de um golpe, com os olhos voltados para o passado.

A gente tem o direito de desconfiar da sanidade mental de quem diz isto:

"O papel do MEC é garantir a regular distribuição do livro didático e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história".

E, por certo, quem vai decidir o que é "a ideia verídica, real" será Vélez, com o auxílio, claro!, daquela plêiade de frequentadores da Academia de Platão que o cerca.

Eu estou até torcendo para que o ministro determine mesmo a compra dirigida de livros, especialmente preparados com a finalidade de negar o golpe. Porque se pode meter na testa dele uma acusação de improbidade administrativa. A gente começa a tratar do patriota a partir do Inciso XI do Artigo 10 da Lei:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

XI – liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

Há ainda o Inciso I do Artigo 11:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

Cumpra lembrar as penas previstas em lei:

II – na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III – na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Mas acho que não haverá tempo. Espero que caia antes por insuficiência intelectual — até para os padrões "disso daí": o governo Bolsonaro.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MPF pede novos esclarecimentos ao INEP sobre comissão de análise do ENEM O órgão considerou insuficientes as informações prestadas pelo Instituto. Prazo para a resposta é de cinco dias

O Ministério Público Federal, considerou insuficientes as informações prestadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) acerca da comissão instituída pelo órgão para avaliar o conteúdo das questões do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Nesta quarta-feira (3/4), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), solicitou à pasta novos esclarecimentos sobre o tema.

A comissão para análise do banco de questões foi criada no último dia 20. O grupo teria acesso ao ambiente de segurança máxima e a todo banco de dados do Exame para verificar “a pertinência com a realidade social”. O decreto de mudança foi publicado no Diário Oficial. No dia seguinte, a PFDC enviou ao Inep um ofício pedindo esclarecimentos sobre a comissão criada.

Segundo o MPF, na resposta, o Inep informou que teve como fundamentação técnica e jurídica a Nota Técnica nº 1/2019/DAEB e o Parecer nº 00118/2019/CSB/PROC/PFINEP/PGF/AGU. No documento, o Instituto também faz referência à Nota Técnica 3, segundo a qual, em gestões exteriores, já houve a instituição de comissão externa em 2016.

Diante dessas informações, a Procuradoria pediu acesso às conclusões a que chegou o grupo especial de trabalho constituído pelo Inep em 2016, bem como as propostas de ajustes técnicos e pedagógicos resultantes dessa análise. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira recebeu prazo de até cinco dias para a resposta, que deverá vir acompanhada de toda a documentação pertinente.

Entre os esclarecimentos, a procuradora federal Deborah Duprat pediu informações sobre quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 "que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão de itens da BNI denominada leitura transversal"; quais foram os profissionais especialistas em avaliação

educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação; quais os critérios sugeridos nessa avaliação para análise da pertinência dos itens da BNI "com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame" e qual a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída.

Para especialistas, a perspectiva de intervenção governamental coloca em xeque a confiabilidade do exame, além da prova deixar de ser um instrumento de debate em torno de problemáticas sociais. O MEC nega que se trate de censura. Segundo a portaria publicada, será feita uma "leitura transversal", que "é uma etapa técnica de revisão de itens".

A crítica do presidente Jair Bolsonaro aos temas tratados pelo Enem ocorrem desde antes de assumir o Palácio do Planalto. Ele afirmou anteriormente que teria conhecimento do conteúdo antes da aplicação da prova. O objetivo seria evitar questões como as do ano passado, que citava dialetos da comunidade LGBT.

O MEC se vê envolto em uma briga ideológica e disputa de poder entre militares, técnicos e olavistas. A dificuldade para conciliar os grupos divergentes é ampla. Mais de 16 pessoas foram exoneradas da pasta. O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues foi exonerado do cargo na última terça-feira (26). Já o diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo César Teixeira, pediu para sair. O setor onde ele trabalhava era responsável pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998 para avaliar a qualidade do Ensino Médio brasileiro a partir do desempenho de seus estudantes. Em 2009 o Enem se tornou critério de seleção para quem deseja ingressar nas instituições federais de ensino superior ou participar do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A prova também é utilizada para o acesso bolsa integral ou parcial em universidades particulares, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou para obtenção de financiamento através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). O Enem é considerado o maior vestibular do Brasil e, somente em 2018, recebeu mais de 6,7 milhões de inscrições.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Vélez diz que não houve golpe em 64 e livros didáticos serão alterados
Ministro da Educação afirmou para o jornal Valor Econômico que mudança de regime, há 55 anos, não foi golpe, e sim "mudança de tipo institucional"

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu. A declaração ocorreu em uma entrevista do ministro ao jornal Valor Econômico, publicada nesta quarta-feira, 3.

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma "mudança de tipo institucional". Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força". A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam

“progressivas”, e devem ocorrer “na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história”. Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é “regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história”.

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu à reportagem. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, ressaltou que todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.

“O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa”, disse Grangeiro. “A Abrali é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões.”

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Livros didáticos devem revisar referências à ditadura militar, diz Vélez Ministro diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma mudança de tipo institucional

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu. A declaração ocorreu em uma entrevista do ministro ao jornal Valor Econômico, publicada nesta quarta-feira, 3.

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma “mudança de tipo institucional”. Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um “regime democrático de força”. A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse que as mudanças em livros didáticos seriam “progressivas”, e devem ocorrer “na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história”. Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é “regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história”.

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu à reportagem. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, ressaltou que todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.

“O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa”, disse Grangeiro. “A Abrali é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões.”

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

**Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril
O prazo foi divulgado em portaria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC)**

Estudantes que têm dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão solicitar a renegociação dos valores devidos entre os dias 29 de abril a 29 de julho. O prazo foi divulgado nesta quarta-feira, 3, em portaria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC) responsável pela execução do programa.

As regras para a renegociação foram divulgadas no ano passado. Podem ser renegociados os contratos com atraso no pagamento de pelo menos 90 dias e que ainda estiverem no período de amortização e não tenham sido alvo de ação judicial pelo agente financeiro. A medida vale para os contratos de financiamentos concedidos até o segundo semestre de 2017.

Os contratantes do Fies terão duas opções: o parcelamento, que permite estender o prazo de pagamento da dívida para até 48 parcelas mensais, além de incluir os estudantes com contratos mais antigos na campanha de renegociação; e o reescalonamento, que possibilita diluir os valores em atraso nas parcelas a vencer.

Para isso, deverá ser paga uma parcela de entrada, em espécie, correspondente ao maior valor entre 10% do valor consolidado da dívida vencida e 1.000 reais. O valor da parcela mensal de amortização resultante da renegociação não poderá ser inferior a 200 reais, mesmo que implique a redução do prazo remanescente contratual.

O estudante financiado interessado em renegociar a dívida com o Fies deverá apresentar-se na agência bancária onde firmou o contrato, com um ou mais fiadores, cuja renda não poderá ser menor do que o dobro do valor da nova prestação calculada, respeitando o tipo de garantia contratada.

100 mil vagas na modalidade juro zero

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. O programa foi reformulado em 2017 e, a partir de 2018, passou a ofertar financiamentos em duas modalidades. A primeira é financiamento com juro zero para os estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

A segunda é a denominada P-Fies, destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar até cinco salários mínimos. A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes.

Neste ano, o Fies oferece 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies, de acordo com o MEC.

[topo](#) ↕

R7 - TEMPO REAL

"Ensino em casa é para quem quer e pode", diz vereador de São Paulo

Gilberto Nascimento propõe a regulamentação do ensino domiciliar, uma vez que famílias já o praticam. Fórmula deve seguir regras da educação municipal
“É para quem quer e para quem pode organizar a vida para que isso aconteça”, afirmou o vereador Gilberto Nascimento (PSC), autor do projeto de lei que propõe o ensino domiciliar em São Paulo. O parlamentar explica que diversas famílias já ensinam as crianças dessa forma, e o texto prevê, então, a regulamentação, sob a ótica de algumas regras da educação básica municipal.

Protocolado no dia 19 de fevereiro na Câmara Municipal de São Paulo, o projeto de lei 84/19 propõe o ensino domiciliar (homeschooling) na capital paulista — a fórmula é reconhecida, permitida e regulamentada em mais de 60 países, de acordo com a ANED (Associação Nacional de Ensino Domiciliar), que calcula que 7.500 famílias sejam praticantes do modelo aqui no Brasil. A medida provisória que trata do assunto deve ser encaminhada ao Congresso Nacional até a próxima semana, informou a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves.

Em São Paulo, o vereador acredita que o projeto terá grande apoio, “uma vez que é um reflexo do que está sendo discutido em Brasília”. O PL, no momento, está na fila para ser discutido na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa), dirigida por Aurélio Nomura (PSDB).

O projeto de lei que o vereador propõe funciona da seguinte forma: os pais são obrigados a matricular os filhos em alguma escola e, só depois, poderão ensinar em casa. Nascimento destaca que as crianças irão estudar o mesmo conteúdo ensinado na escola tradicional, como matemática, história e português. “E o calendário de provas será o mesmo. Nesse caso, a criança precisa ir até a escola onde foi matriculada para fazer a prova”, conta. “E nós iremos avaliar todo o conteúdo e a forma lecionados em casa pelos exames.”

Nascimento reitera que o projeto não obriga todas as crianças a aprenderem da forma homeschooling, mas reconhece que a fórmula é para uma pequena parcela da população. “É um grupo pequeno, mas, aprovando o projeto, estaremos dando um direito à essas famílias”, diz. “E, sim, é para quem quer e para quem pode organizar a sua vida para fazer o formato em casa”, pontua, dizendo que a fórmula não pode ser aplicada à casa dele. “Eu trabalho, minha esposa também, então aqui em casa não temos como fazer, mas é regulamentar para aqueles que podem.”

Questionado se o município irá ajudar financeiramente aqueles que não possuem condição, mas que querem introduzir os filhos no ensino domiciliar, Nascimento é categórico: “Não. O projeto não fala de nenhuma ajuda. E não há previsão para isso ser debatido”, assegura.

A única regra que o homeschooling terá diferente do ensino tradicional é sobre a frequência do aluno. Atualmente, os estudantes possuem um horário específico para estarem na escola, de segunda a sexta-feira — 7h às 17h para creches, e 7h às 12h45 e 13h às 18h, ensino fundamental. O PL, por sua vez, diz que a periodicidade é livre. “Não há obrigação de estudar tantas horas por dia. É livre, de acordo com os horários dos pais ou responsáveis pela educação”, relata. “Mas, obviamente, isso terá um impacto, e será medido na prova que o aluno fizer ao longo do ano”.

O vereador, que realizou o ensino fundamental e médio no Colégio Militar, conta que a ideia de propor o PL nasceu de uma série de questionamentos que as famílias faziam em relação ao ensino tradicional. “Começa pelo princípio da liberdade de escolha. Mas há relatos, de famílias diversas, de que existem muitas trocas de professores, insegurança, distância da casa à escola, receio de doutrinação ideológica, entre outros fatores”, diz.

Por fim, acrescenta que é importante garantir o direito para aqueles que querem o homeschooling. “Temos que entender que São Paulo é a locomotiva do Brasil, e temos que estar à frente. Nós não podemos ficar para trás enquanto diversos países como Estados Unidos, França e Portugal já são adeptos”.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**Aposta do governo para EAD, Univesp tem alta evasão e só forma 174 alunos
Universidade Virtual do Estado de São Paulo teria 4 mil graduados se não
houvesse desistências. Depois de número de vagas abertas nos vestibulares
aumentar mais de 1.000% nos últimos quatro anos, governo paulista anuncia
redução da oferta**

SÃO PAULO - Criada com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) conseguiu que apenas 174 alunos concluíssem a graduação nos últimos cinco anos. A instituição é a única estadual paulista a ofertar cursos na modalidade de ensino a distância (EAD), mas sofre com a alta taxa de evasão e baixa procura de alunos. Após dois anos ampliando o número de vagas, o governo estadual anunciou que vai encolher a oferta.

A instituição iniciou suas atividades em 2014 com a oferta de 3,3 mil vagas e no ano seguinte, de 918. Seguindo o tempo correto de graduação, esses alunos deveriam ter se formado ao final de 2017 e 2018. No entanto, até agora, há apenas 174 formados e 737 em fase final de conclusão - menos de 30% dos que entraram na primeira turma.

Nos últimos quatro anos, o número de vagas ofertadas nos vestibulares da instituição cresceu mais de 1.000%, passando de 3,3 mil, em 2014, para 42 mil, no ano passado. No entanto, a universidade tem dificuldade para preencher todas as vagas criadas - das 21.650 abertas em agosto de 2018, só 16 mil foram preenchidas. Ou seja, 35% não tiveram interessados. Além disso, as graduações têm uma taxa média de desistência no primeiro semestre do curso de 32%.

"A instituição se esforçou para ampliar o número de vagas e cursos ofertados, mas não consegue fazer esse aluno ficar e se formar, o que deveria ser o mais importante", diz Rodolfo Azevedo, presidente da Univesp. Por isso, segundo ele, a universidade pretende no próximo vestibular, em agosto, abrir menos vagas (5 mil) e iniciar um processo para redimensionar a oferta de acordo com a demanda regional.

Azevedo avalia que a expansão dos últimos anos não levou em conta o tamanho e as especificidades dos municípios. Ele conta, por exemplo, que há cidades com 10 mil habitantes que tiveram a oferta de mais de 250 vagas em um único vestibular - a maioria das novas vagas foi aberta em pequenos municípios, em regiões afastadas da Grande São Paulo, onde não existia nenhum curso superior público. "Sabemos que, em média, 1% da população de cada município conclui o ensino médio a cada ano. A oferta tem de ser pensada dentro dessa proporção", afirma o presidente.

Mesmo com uma população um pouco maior, o polo de Borborema, cidade de 14 mil habitantes na região de Araraquara, não conseguiu preencher e manter os alunos. No último vestibular, por exemplo, foram oferecidas cem vagas para os cursos de Pedagogia e Engenharia de Produção - continuam frequentando as aulas 36 e 19 alunos, respectivamente.

Tatiane Salomão, orientadora do polo, diz que as desistências ocorrem principalmente quando os alunos não conseguem acompanhar o conteúdo ou ter disciplina para estudar em casa. Foi o caso do funcionário público Diogo Vanalli, de 25 anos, que entrou em Engenharia de Produção no ano passado, mas abandonou a graduação no semestre seguinte do ingresso. "Eu estava gostando, mas faltava tempo para estudar, as disciplinas eram puxadas e não tinha como tirar muitas dúvidas", conta.

Segundo Azevedo, a instituição prepara um estudo para identificar os principais problemas de preenchimento e permanência nas vagas. No entanto, diz já ter identificado que procedimentos internos "prendem" alunos nos cursos quando há reprovação em uma disciplina. Há também problemas burocráticos e faltam apoio e acompanhamento dos estudantes durante os estudos.

Aos 40 anos, Ricardo Firmino decidiu fazer sua segunda graduação pela Univesp em 2017. Apesar de a formação em Pedagogia ser um sonho antigo, ele conta que já pensou em desistir do curso por conta dos problemas administrativos. "As aulas são ótimas e o conteúdo, puxado e denso. O problema é que o aluno fica muito abandonado. Eu consegui um estágio há dois meses e até agora não obtive a assinatura da universidade."

Azevedo destaca também a questão da formação deficiente no ensino médio nas disciplinas de exatas e biológicas. "Precisamos dar ferramentas e apoio para que esse aluno consiga acompanhar o conteúdo de cursos mais puxados, como Engenharia." Na área, a evasão chega a quase 40% no primeiro semestre. Para esse acompanhamento, foram contratados este ano 800 bolsistas, que são pós-graduandos das outras três universidades paulistas, para tirar dúvidas dos alunos da Univesp.

Em nota, a gestão do ex-governador Márcio França (PSB), que era vice-governador em 2017, quando houve a maior expansão da Univesp, criticou a decisão da gestão João Doria (PSDB), por "tirar a oportunidade de milhares de jovens do Estado que sonham em fazer uma universidade pública de qualidade".

Há desperdício de recursos, diz especialista

Especialistas da área dizem que, apesar da tendência nacional de maior evasão nos cursos da modalidade a distância, os dados da Univesp preocupam pelo desperdício de recurso público e falta de atenção às necessidades de quem procura o ensino superior. O Mapa do Ensino Superior de 2018, feito pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), mostra que, enquanto o índice de abandono é de 18,5% nas graduações presenciais da rede pública, ele chega a 30,4% na modalidade a distância - durante todo o período do curso.

"Um índice tão alto mostra a necessidade de um balanço e uma reflexão crítica sobre o que se está ofertando. Sempre que se abre uma vaga, o poder público se prepara para arcar com os custos dela. Então, qualquer vaga não ocupada ou que foi abandonada representa desperdício", afirma Ocimar Alavarse, professor da Faculdade de Educação

da Universidade de São Paulo (USP).

Betina Von Staa, consultora da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), diz que as universidades particulares, ao perceberem a alta taxa de evasão na modalidade a distância, adotaram uma série de ações para reverter a situação e evitar prejuízos. "É preciso pensar em uma série de estratégias: atendimento personalizado, orientação profissional e psicológica, e até mesmo ajuda para organizar o tempo de estudo."

Falta de tempo para estudar e dificuldade de acompanhar o conteúdo são as principais queixas dos estudantes da Univesp nas redes sociais. Eles ainda relatam problemas técnicos, como as plataformas de ensino com lentidão ou fora do ar. "O ensino a distância é calcado na tecnologia. Se ela não funcionar bem, o aluno vai ser prejudicado e perder o interesse", afirma Alavarse.

Outro problema apontado pela própria presidência da universidade é que alguns polos abertos nos últimos anos - 63 de um total de 330 - não tinham estrutura adequada para as atividades presenciais que ocorrem uma vez ao mês. Segundo a instituição, esses polos não devem ofertar novas vagas no próximo vestibular para que tenham tempo de se adequar às necessidades dos cursos. "A ideia não é punir ninguém, não vamos fechar esses polos. Mas não vamos continuar abrindo vagas sem que os alunos possam ter boas condições de estudar nesses lugares", diz o presidente da Univesp, Rodolfo Azevedo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Vélez diz que livros didáticos vão mudar porque "não houve golpe em 1964"

Ministro da Educação afirma que "haverá mudanças progressivas" para refletir "uma versão da História mais ampla". Para ele, ditadura foi "um regime democrático de força". Historiadores criticam revisionismo. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou nesta quarta-feira (03/04) que, para que as crianças possam ter uma "ideia verídica, real do que foi a sua história", seu ministério realizará "mudanças progressivas" nos livros didáticos. A intenção, segundo diz, é transformar a maneira como o golpe de 1964 e a ditadura militar são retratados nas escolas.

Segundo ele, não houve um golpe de Estado em 1964, e a ditadura que se seguiu à tomada do poder pelos militares foi um "regime democrático de força". Essas afirmações foram feitas pelo ministro da Educação em entrevista ao jornal Valor Econômico.

"A História brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis", afirmou o ministro na entrevista. "Foi a votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente. Era a Constituição da época, e foi seguida à risca. Houve uma mudança de tipo institucional, não foi um golpe contra a Constituição da época, não", justificou.

"Haverá mudanças progressivas [nos livros didáticos] na medida em que seja resgatada uma versão da História mais ampla", afirmou. "O papel do MEC [Ministério da Educação] é garantir a regular distribuição do livro didático e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história."

As discussões em torno do golpe de 1964 voltaram ao centro do debate político do país

após o governo do presidente Jair Bolsonaro propor a realização de comemorações do aniversário da instauração do governo militar, o que gerou enorme controvérsia e uma onda de repúdio e também de apoio à iniciativa.

Vélez vem perdendo prestígio à frente do ministério em meio a uma disputa de poder que se agravou na semana passada, com a indicação de um militar, o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira, como número 2 da pasta.

A nomeação foi considerada uma vitória dos militares próximos à cúpula do governo na queda de braço com os seguidores do ideólogo Olavo de Carvalho - considerado o "guru ideológico" da família Bolsonaro - que integram a pasta, entre os quais o próprio ministro.

O grupo vinculado às Forças Armadas entende que Vélez está refém do campo ideológico, o que impede o avanço de projetos desenhados antes de sua nomeação. Além disso, a imagem do ministro tem sofrido um desgaste contínuo, o que desperta críticas até mesmo de políticos da base do governo.

Essa disputa de poder resultou numa paralisia do MEC, que gera impactos em diferentes áreas da educação. Questões centrais de um dos setores com necessidades mais urgentes do Brasil, como o conteúdo e cronograma da prova do Enem deste ano, deixam de ser discutidas.

Outra questão que permanece em suspenso é a Base Nacional Comum Curricular, sancionada em 2017 para a Educação Infantil e Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, que teria que ser posta em prática pelas redes municipais e estaduais, mas que não andou neste ano.

A Reforma do Ensino Médio, outra modificação profunda no sistema educacional, também apresenta diversas lacunas. O apoio técnico e financeiro para a implementação do projeto anunciado pelo MEC no ano passado está parado e sem indicativo de avanço.

Na entrevista, Vélez negou que a nomeação do tenente-brigadeiro pudesse ser uma espécie de "intervenção branca" no MEC, dizendo que foi ele próprio quem o escolheu. "Eu conheço muitos militares porque sou professor da Escola do Estado-Maior do Exército (ECME) há mais de dez anos. O brigadeiro foi instrutor da ECME, nos conhecemos neste longo trajeto e trocamos muitas figurinhas a respeito da educação e da gestão pública."

O ministro reconhece que há problemas no ministério, mas disse que está "fazendo todo o possível" para desempenhar a contento o seu cargo. Ele disse que nunca pediu para ser ministro, que está "prestando um serviço ao país" e não tem apego ao cargo. Vélez se diz ainda um "fiel colaborador" do presidente. "Enquanto ele quiser me ter aqui como seu ministro, estarei aqui", afirmou.

Os comentários de Vélez sobre o golpe de 1964 se somam a outras declarações de revisionismo histórico de integrantes do governo Bolsonaro, como as declarações de que o nazismo foi um movimento de esquerda. Essas visões vêm sendo amplamente difundidas por Olavo de Carvalho e seus seguidores, entre eles o chanceler Ernesto Araújo e o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente.

Em entrevista à DW, o historiador Bruno Leal, da Universidade de Brasília, avaliou que "a História tem sido manipulada por setores dessa nova direita com o objetivo principal de legitimar seus projetos políticos. O que orienta a narrativa sobre o passado que esses grupos e indivíduos produzem não é o rigor acadêmico nem os princípios da divulgação científica, da história pública ou do ensino de História, mas um projeto político".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vélez diz que livros didáticos vão mudar porque "não houve golpe em 1964"

Ministro da Educação afirma que "haverá mudanças progressivas" para refletir "uma versão da História mais ampla". Para ele, ditadura foi "um regime democrático de força". Historiadores criticam revisionismo. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou nesta quarta-feira (03/04) que, para que as crianças possam ter uma "ideia verídica, real do que foi a sua história", seu ministério realizará "mudanças progressivas" nos livros didáticos. A intenção, segundo diz, é transformar a maneira como o golpe de 1964 e a ditadura militar são retratados nas escolas.

Segundo ele, não houve um golpe de Estado em 1964, e a ditadura que se seguiu à tomada do poder pelos militares foi um "regime democrático de força". Essas afirmações foram feitas pelo ministro da Educação em entrevista ao jornal Valor Econômico.

"A História brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis", afirmou o ministro na entrevista. "Foi a votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente. Era a Constituição da época, e foi seguida à risca. Houve uma mudança de tipo institucional, não foi um golpe contra a Constituição da época, não", justificou.

"Haverá mudanças progressivas [nos livros didáticos] na medida em que seja resgatada uma versão da História mais ampla", afirmou. "O papel do MEC [Ministério da Educação] é garantir a regular distribuição do livro didático e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história."

As discussões em torno do golpe de 1964 voltaram ao centro do debate político do país após o governo do presidente Jair Bolsonaro propor a realização de comemorações do aniversário da instauração do governo militar, o que gerou enorme controvérsia e uma onda de repúdio e também de apoio à iniciativa.

Vélez vem perdendo prestígio à frente do ministério em meio a uma disputa de poder que se agravou na semana passada, com a indicação de um militar, o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira, como número 2 da pasta.

A nomeação foi considerada uma vitória dos militares próximos à cúpula do governo na queda de braço com os seguidores do ideólogo Olavo de Carvalho – considerado o "guru ideológico" da família Bolsonaro – que integram a pasta, entre os quais o próprio ministro.

O grupo vinculado às Forças Armadas entende que Vélez está refém do campo

ideológico, o que impede o avanço de projetos desenhados antes de sua nomeação. Além disso, a imagem do ministro tem sofrido um desgaste contínuo, o que desperta críticas até mesmo de políticos da base do governo.

Essa disputa de poder resultou numa paralisia do MEC, que gera impactos em diferentes áreas da educação. Questões centrais de um dos setores com necessidades mais urgentes do Brasil, como o conteúdo e cronograma da prova do Enem deste ano, deixam de ser discutidas.

Outra questão que permanece em suspenso é a Base Nacional Comum Curricular, sancionada em 2017 para a Educação Infantil e Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, que teria que ser posta em prática pelas redes municipais e estaduais, mas que não andou neste ano.

A Reforma do Ensino Médio, outra modificação profunda no sistema educacional, também apresenta diversas lacunas. O apoio técnico e financeiro para a implementação do projeto anunciado pelo MEC no ano passado está parado e sem indicativo de avanço.

Na entrevista, Vélez negou que a nomeação do tenente-brigadeiro pudesse ser uma espécie de "intervenção branca" no MEC, dizendo que foi ele próprio quem o escolheu. "Eu conheço muitos militares porque sou professor da Escola do Estado-Maior do Exército (ECME) há mais de dez anos. O brigadeiro foi instrutor da ECME, nos conhecemos neste longo trajeto e trocamos muitas figurinhas a respeito da educação e da gestão pública."

O ministro reconhece que há problemas no ministério, mas disse que está "fazendo todo o possível" para desempenhar a contento o seu cargo. Ele disse que nunca pediu para ser ministro, que está "prestando um serviço ao país" e não tem apego ao cargo. Vélez se diz ainda um "fiel colaborador" do presidente. "Enquanto ele quiser me ter aqui como seu ministro, estarei aqui", afirmou.

Os comentários de Vélez sobre o golpe de 1964 se somam a outras declarações de revisionismo histórico de integrantes do governo Bolsonaro, como as declarações de que o nazismo foi um movimento de esquerda. Essas visões vêm sendo amplamente difundidas por Olavo de Carvalho e seus seguidores, entre eles o chanceler Ernesto Araújo e o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente.

Em entrevista à DW, o historiador Bruno Leal, da Universidade de Brasília, avaliou que "a História tem sido manipulada por setores dessa nova direita com o objetivo principal de legitimar seus projetos políticos. O que orienta a narrativa sobre o passado que esses grupos e indivíduos produzem não é o rigor acadêmico nem os princípios da divulgação científica, da história pública ou do ensino de História, mas um projeto político".

AMAZONAS+ - TEMPO REAL

Fapeam lança edital para melhorar a qualidade do ensino de pós-graduação no Amazonas

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, lançou o edital do Programa de Cooperação para a Consolidação da Pós-graduação e Formação de Recursos Humanos no Amazonas (**Capes/Fapeam**), de nº 002/2019. A chamada visa apoiar o desenvolvimento de projetos para o fortalecimento e melhoria da qualidade do

ensino de pós-graduação stricto sensu no Amazonas.

O último edital deste Programa havia sido lançado em 2014. A nova chamada conta com investimento de mais de R\$ 4 milhões para estimular a criação de novas linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação (PPGs), além de incentivar a interação científico-acadêmica, de modo a construir redes de cooperação e ampliar a formação de recursos humanos de alto nível, bem como a produção científico-acadêmica no Estado.

O Programa atende a uma das ações da Fapeam, o fomento à formação e capacitação de recursos humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado, recebendo aporte de R\$ 1,3 milhão a mais que a edição de 2014.

Requisitos – As propostas podem ser submetidas até o dia 13 de maio de 2019 e devem se inseridas em uma das três modalidades a seguir: Modalidade 1 – Apoio a cursos novos (aprovados a partir de 2015); Modalidade 2 – Melhoria da qualidade dos cursos com conceito 3 e 4; e Modalidade 3 – Em busca da excelência – Apoio a programas com conceito 5 e 6.

Para submeter propostas ao programa é preciso que o proponente seja coordenador de PPGs Stricto Sensu esteja vinculado a instituição de ensino superior ou instituições de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, públicos ou privados (sem fins lucrativos), sediados no Amazonas.

Em casos de cursos em rede, estes devem ter participação formal de instituição sediada no Amazonas e coordenação local do Programa pertencente ao quadro, além de pertencer a uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) ou instituição de ensino superior, pública ou particular (sem fins lucrativos), e ser recomendado pela **Capes** com conceito entre 3 e 6.

Mais informações sobre requisitos e propostas podem ser conferidas no edital, disponível no endereço eletrônico <http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-0022019-propg-capesfapeam/>

Submissão de propostas – As propostas deverão ser apresentadas em formulário online específico e enviadas por meio eletrônico, via Sistema de Gestão da Informação da Fapeam (SIGFapeam), disponível na página da Fapeam (www.fapeam.am.gov.br), conforme detalhado no edital.

A previsão é que o resultado seja divulgado a partir do mês de julho deste ano.

topo ↕

AMAZONAS NOTÍCIAS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Fapeam lança edital para ensino de pós-graduação no Amazonas

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, lançou o edital do Programa de Cooperação para a Consolidação da Pós-graduação e Formação de Recursos Humanos no Amazonas (**Capes/Fapeam**), de nº 002/2019. A chamada visa apoiar o desenvolvimento de projetos para o fortalecimento e melhoria da qualidade do ensino de pós-graduação stricto sensu no Amazonas.

O último edital deste Programa havia sido lançado em 2014. A nova chamada conta

com investimento de mais de R\$ 4 milhões para estimular a criação de novas linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação (PPGs), além de incentivar a interação científico-acadêmica, de modo a construir redes de cooperação e ampliar a formação de recursos humanos de alto nível, bem como a produção científico-acadêmica no Estado.

O Programa atende a uma das ações da Fapeam, o fomento à formação e capacitação de recursos humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado, recebendo aporte de R\$ 1,3 milhão a mais que a edição de 2014.

Requisitos – As propostas podem ser submetidas até o dia 13 de maio de 2019 e devem se inseridas em uma das três modalidades a seguir: Modalidade 1 – Apoio a cursos novos (aprovados a partir de 2015); Modalidade 2 – Melhoria da qualidade dos cursos com conceito 3 e 4; e Modalidade 3 – Em busca da excelência – Apoio a programas com conceito 5 e 6.

Para submeter propostas ao programa é preciso que o proponente seja coordenador de PPGs Stricto Sensu e esteja vinculado a instituição de ensino superior ou instituições de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, públicos ou privados (sem fins lucrativos), sediados no Amazonas.

Em casos de cursos em rede, estes devem ter participação formal de instituição sediada no Amazonas e coordenação local do Programa pertencente ao quadro, além de pertencer a uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) ou instituição de ensino superior, pública ou particular (sem fins lucrativos), e ser recomendado pela **Capes** com conceito entre 3 e 6.

Mais informações sobre requisitos e propostas podem ser conferidas no edital, disponível no endereço eletrônico <http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-0022019-propg-capesfapeam/>

Submissão de propostas – As propostas deverão ser apresentadas em formulário online específico e enviadas por meio eletrônico, via Sistema de Gestão da Informação da Fapeam (SIGFapeam), disponível na página da Fapeam (www.fapeam.am.gov.br), conforme detalhado no edital.

A previsão é que o resultado seja divulgado a partir do mês de julho deste ano.

topo 

AMAZONIA - NOTÍCIAS

Fapeam lança edital para melhorar a qualidade do ensino de pós-graduação no Amazonas

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, lançou o edital do Programa de Cooperação para a Consolidação da Pós-graduação e Formação de Recursos Humanos no Amazonas (**Capes/Fapeam**), de nº 002/2019. A chamada visa apoiar o desenvolvimento de projetos para o fortalecimento e melhoria da qualidade do ensino de pós-graduação stricto sensu no Amazonas.

O último edital deste Programa havia sido lançado em 2014. A nova chamada conta com investimento de mais de R\$ 4 milhões para estimular a criação de novas linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação (PPGs), além de incentivar a interação

científico-acadêmica, de modo a construir redes de cooperação e ampliar a formação de recursos humanos de alto nível, bem como a produção científico-acadêmica no Estado.

O Programa atende a uma das ações da Fapeam, o fomento à formação e capacitação de recursos humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado, recebendo aporte de R\$ 1,3 milhão a mais que a edição de 2014.

Requisitos – As propostas podem ser submetidas até o dia 13 de maio de 2019 e devem se inseridas em uma das três modalidades a seguir: Modalidade 1 – Apoio a cursos novos (aprovados a partir de 2015); Modalidade 2 – Melhoria da qualidade dos cursos com conceito 3 e 4; e Modalidade 3 – Em busca da excelência – Apoio a programas com conceito 5 e 6.

Para submeter propostas ao programa é preciso que o proponente seja coordenador de PPGs Stricto Sensu esteja vinculado a instituição de ensino superior ou instituições de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, públicos ou privados (sem fins lucrativos), sediados no Amazonas.

Em casos de cursos em rede, estes devem ter participação formal de instituição sediada no Amazonas e coordenação local do Programa pertencente ao quadro, além de pertencer a uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) ou instituição de ensino superior, pública ou particular (sem fins lucrativos), e ser recomendado pela **Capes** com conceito entre 3 e 6.

Mais informações sobre requisitos e propostas podem ser conferidas no edital, disponível no endereço eletrônico <http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-0022019-propg-capesfapeam/>

Submissão de propostas – As propostas deverão ser apresentadas em formulário online específico e enviadas por meio eletrônico, via Sistema de Gestão da Informação da Fapeam (SIGFapeam), disponível na página da Fapeam (www.fapeam.am.gov.br), conforme detalhado no edital.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Fapeam oferece 50 bolsas para os cursos de mestrado e doutorado no Amazonas São 25 bolsas para o curso de Mestrado e 25 para o curso de Doutorado.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) abriu inscrições para 50 bolsas - sendo 25 para mestrado e 25 doutorado - para alunos residentes no Amazonas. As propostas podem ser enviadas até o dia 13 de maio. O resultado está previsto para ser divulgado em junho de 2019.

Podem participar estudantes matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu credenciados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A bolsa de mestrado tem valor correspondente a R\$1.500, com prazo máximo de 24 meses. Para o doutorado, o valor será de R\$ 2.200, com vigência máxima de 48 meses.

As vagas oferecidas pelo Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Instituições Fora do Estado do Amazonas (PROPG-**Capes**/Fapeam) foram anunciadas no edital n°

001/2019.

O programa tem como objetivo apoiar a formação de profissionais em áreas estratégicas nas quais o Amazonas ainda não possui programas de Pós-Graduação em nível de Mestrado ou Doutorado.

Edital

As propostas podem ser enviadas até o dia 13 de maio, em formulário online específico, por meio do Sistema de Gestão da Informação da Fapeam, disponível no Portal da Fapeam.

A submissão da proposta requer também a apresentação de documentação complementar a ser anexada ao sistema, conforme o edital.

A implementação da bolsa depende da entrega da documentação solicitada no edital, bem como da portaria de liberação, caso o bolsista tenha vínculo empregatício ou funcional com instituição pública.

topo ↕

GAZETA DO CERRADO - TEMPO REAL

Após reação de alunos, UFT alega que obras em biblioteca são para atender acessibilidade

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), se posicionou nesta quarta-feira, 3, sobre as obras de fechamento do hall da biblioteca no Câmpus de Palmas. Segundo a nota, a obra está sendo realizada para atender o crescimento da demanda acadêmica e promover acessibilidade do acervo bibliográfico a pessoas com deficiência física.

A nota diz ainda que “esta ação é importante para garantir não só o a acessibilidade espacial, mas também a acessibilidade informacional que consiste no uso de equipamentos que possibilitem a facilitação da leitura, audição ou transcrição do acervo bibliográfico para ampliação, libras ou braile, respectivamente”. (Confira a nota completa abaixo).

Entenda o caso

O Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins (CACAU-UFT) divulgou uma nota desta terça-feira, 2, onde se posiciona contrário a uma obra de fechamento do Hall da Biblioteca para a construção de espaços administrativos.

A nota alega que dentro da instituição não há espaços destinados para o convívio e descanso para os alunos que por exemplo, precisam ficar dentro da instituição o dia inteiro. Eles utilizam o hall da biblioteca para descansar entre os intervalos das aulas.

O Centro acadêmico questiona ainda o que a universidade está fazendo para proporcionar o bem-estar, como forma de preservar a saúde mental e melhorar o rendimentos dos alunos.

O outro lado

A Direção do Câmpus de Palmas informa que a adequação do espaço do hall da biblioteca do Câmpus de Palmas está sendo realizada para atender o crescimento da

demanda da comunidade acadêmica por mais espaços de estudo e para promover a acessibilidade ao acervo bibliográfico e informacional para as pessoas com deficiência.

Esta ação é importante para garantir não só o a acessibilidade espacial, mas também a acessibilidade informacional que consiste no uso de equipamentos que possibilitem a facilitação da leitura, audição ou transcrição do acervo bibliográfico para ampliação, libras ou braile, respectivamente.

A planta da obra de implantação apresenta o layout interno com as mesas e gabinetes de estudo individuais, salas de estudo coletivas, além de espaços para dar acessibilidade em diferentes formas e linguagens a todo acervo da biblioteca e do portal **CAPES** de periódicos.

Destacamos que várias ações estão sendo tomadas para melhorar a qualidade de vida da comunidade acadêmica, inclusive com a estruturação do Setor de Apoio ao Estudante no bloco 1 a fim de melhorar as condições de atendimento multiprofissional (pedagógica, psicológica e assistência social), bem como a ampliação da equipe.

Divulgação

Veja na íntegra a nota do Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo:

O Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins (CACAU-UFT) vem, por meio deste manifesto, demonstrar seu posicionamento contrário a obra de fechamento do hall da Biblioteca da UFT, para a criação de espaços administrativos.

Como alunos de uma universidade pública que não apresenta uma infraestrutura que contemple ambientes de descanso e áreas de convivência, consideramos inaceitável que percamos o principal espaço de integração dos alunos, eventos culturais e outras atividades que oportunizem a vivência fora da rotina maçante de sala de aula.

Ademais, inúmeros motivos nos levam a manifestar indignação quanto a execução desta obra, a saber:

- 1) Tal intervenção é indelicada e totalmente desrespeitosa quanto à preservação da arquitetura do edifício Biblioteca Professor José Torquato Carolino;
- 2) A UFT conta com inúmeros espaços ociosos e/ou mal aproveitados, além de obras abandonadas e sem previsão de conclusão, o que torna inadmissível a concepção de mais espaços administrativos no único lugar destinado à convivência de alunos que passam o dia inteiro na instituição;
- 3) Saúde mental tem sido um assunto muito recorrente diante das tragédias que vêm acontecendo dentro da nossa universidade. Sendo assim, é fundamental pautarmos maneiras de evitarmos tais acontecimentos, reconhecendo que é de extrema importância a concepção de espaços livres para os discentes;
- 4) Tal intervenção se torna mais absurda ao considerarmos que os Recantos (espaços de convivência destinados aos alunos localizados entre os blocos 1 e 2; Bala 2 e RU; e

blocos A, B e C), foram destinados a outras funções que não a de convívio e integração dos alunos.

Diante do exposto, o CACAU solicita que a obra do Hall da Biblioteca não aconteça e faz o seguinte questionamento: O que a Universidade Federal do Tocantins tem feito para proporcionar o bem-estar, como forma de preservar a saúde mental e melhorar o rendimento dos alunos?

Palmas-TO, 02 de abril de 2019.

topo ↕

PORTAL DA AMAZÔNIA - TEMPO REAL

Fapeam lança edital para melhorar a qualidade do ensino de pós-graduação no Amazonas

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, lançou o edital do Programa de Cooperação para a Consolidação da Pós-graduação e Formação de Recursos Humanos no Amazonas (**Capes/Fapeam**), de nº 002/2019. A chamada visa apoiar o desenvolvimento de projetos para o fortalecimento e melhoria da qualidade do ensino de pós-graduação *stricto sensu* no Amazonas.

O último edital deste Programa havia sido lançado em 2014. A nova chamada conta com investimento de mais de R\$ 4 milhões para estimular a criação de novas linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação (PPGs), além de incentivar a interação científico-acadêmica, de modo a construir redes de cooperação e ampliar a formação de recursos humanos de alto nível, bem como a produção científico-acadêmica no Estado.

O Programa atende a uma das ações da Fapeam, o fomento à formação e capacitação de recursos humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado, recebendo aporte de R\$ 1,3 milhão a mais que a edição de 2014.

Requisitos – As propostas podem ser submetidas até o dia 13 de maio de 2019 e devem se inseridas em uma das três modalidades a seguir: Modalidade 1 – Apoio a cursos novos (aprovados a partir de 2015); Modalidade 2 – Melhoria da qualidade dos cursos com conceito 3 e 4; e Modalidade 3 – Em busca da excelência – Apoio a programas com conceito 5 e 6.

Para submeter propostas ao programa é preciso que o proponente seja coordenador de PPGs *Stricto Sensu* e esteja vinculado a instituição de ensino superior ou instituições de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, públicos ou privados (sem fins lucrativos), sediados no Amazonas.

Em casos de cursos em rede, estes devem ter participação formal de instituição sediada no Amazonas e coordenação local do Programa pertencente ao quadro, além de pertencer a uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) ou instituição de ensino superior, pública ou particular (sem fins lucrativos), e ser recomendado pela **Capes** com conceito entre 3 e 6.

Mais informações sobre requisitos e propostas podem ser conferidas no edital, disponível no endereço eletrônico <http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-0022019-propg-capesfapeam/>

Submissão de propostas – As propostas deverão ser apresentadas em formulário online específico e enviadas por meio eletrônico, via Sistema de Gestão da Informação da Fapeam (SIGFapeam), disponível na página da Fapeam (www.fapeam.am.gov.br), conforme detalhado no edital.

A previsão é que o resultado seja divulgado a partir do mês de julho deste ano.

topo ↕

UFSC - TEMPO REAL

Seleção de candidatos/as às bolsas para professor visitante no exterior – CAPES PRINT

Informamos que o PPGP, como participante de dois projetos aprovados no edital PRINT/CAPES, torna público que estão abertas as inscrições para seleção de bolsistas para Professor Visitante no Exterior (PVE), com início do período de estudos no exterior entre 01 de outubro de 2019 a 31 de março de 2020.

O docente interessado deve avaliar em qual dos projetos listados a seguir apresenta maior aderência. Informamos ainda que a PROPG publicará edital próprio para PVE para docentes que não apresentem aderência nos projetos específicos vinculados ao PRINT/CAPES.

Projeto coordenado pelo PPGICH

Título do Tema: Linguagens, interculturalidade e Identidades

Título do Subprojeto: Práticas Culturais, Direitos Humanos e Educação: violências, gênero, diversidades

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC quer avaliação de alfabetização de 2019 apenas em amostra de escolas Ministério suspendeu prova, voltou atrás e agora planeja testar parte dos alunos

Depois de suspender a avaliação de alfabetização e recuar da decisão, o governo Jair Bolsonaro (PSL) pretende aplicar a prova deste ano apenas de forma amostral. Ao invés de buscar avaliar todos os alunos nessa etapa, o MEC (Ministério da Educação) irá aplicar a prova a um conjunto de escolas.

A equipe do ministro Ricardo Vélez Rodríguez vai manter a aplicação da prova no 2º ano do ensino fundamental, como foi planejado na gestão passada em consonância ao previsto na Base Nacional Comum Curricular, documento que prevê o que os alunos devem aprender. Nas avaliações anteriores, esse teste foi direcionado a alunos do 3º ano.

O plano é que, no ano que vem, uma nova avaliação de alfabetização ocorra de forma censitária, com o objetivo de produzir resultados de todas as escolas. O que também representa uma nova postura, uma vez que a ideia inicial deste governo era deixar essa avaliação apenas para 2021.

A suspensão da prova de alfabetização surgiu em portaria do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), do dia 25 de março, e causou uma crise no MEC. Após má repercussão, Vélez demitiu o presidente do instituto, Marcus Vinicius Rodrigues, sob o argumento de que não tinha ciência da medida.

A secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, pediu demissão por também não ter participado da decisão, que partiu de um pedido feito ao Inep pelo secretário de Educação Básica do MEC, Carlos Nadalim —poupado no episódio. O MEC tornou a portaria sem efeito no dia seguinte.

A Folha apurou que o atraso no cronograma, escassez de recursos e o desafio logístico de colocar em pé várias avaliações neste ano foram cruciais para que o MEC decidisse pela avaliação amostral do nível de alfabetização das crianças do país. A licitação para escolha da gráfica que vai imprimir essa e outras avaliações, iniciada no fim de 2018, segue parada por questionamentos de empresas concorrentes.

Também há um motivo técnico. Como esta será a primeira aplicação a alunos do 2º ano, a experiência serviria de um teste à adequação dos itens, já prontos desde o ano passado.

A prova da alfabetização foi incluída neste ano no Saeb, avaliação federal de português e matemática aplicada a todas escolas públicas do país no 5º e 9º do ensino fundamental e 3º do médio. Os resultados compõem o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

O MEC também vai manter a previsão de uma prova amostral de ciências no 9º ano. Esse ponto constava na portaria do dia 25 de março —na gestão passada, a ideia era de aplicação censitária.

O novo plano foi apresentado por membros do MEC em reunião nesta terça-feira (2) a membros do CNE (Conselho Nacional de Educação), Undime e Consed (que representam, respectivamente, secretários municipais e estaduais de Educação).

Segundo Marcelo Ferreira da Costa, da Undime, o plano foi bem aceito pelo órgão. "Realizar a prova amostral neste ano, com vistas a uma avaliação censitária no ano que vem, dá indícios de que o MEC quer dar continuidade à produção de dados para que não haja descontinuidade de políticas públicas", disse ele, que é secretário de Educação de Goiânia.

A ideia é que haja uma amostra robusta da avaliação para que, mesmo sem dados por municípios, os resultados possam municiar dirigentes para o desenho de ações pedagógicas para reverter o quadro. Haverá, no mínimo, resultados por estados, segundo o que foi conversado no encontro.

Por parte do MEC, estavam no encontro o secretário-executivo, Ricardo Machado Vieira, e os secretários de Alfabetização, Carlos Nadalim, de Educação Básica em exercício, Alexandre Ferreira de Souza, e o chefe de gabinete do Inep, Francisco Mamede de Brito Filho. Ainda não há data para a publicação de uma nova portaria com as regras atualizadas.

A avaliação nacional de alfabetização foi criada em 2013 para ser anual, mas isso nunca se consolidou. Houve apenas outras duas edições, em 2014 e 2016.

Nesta última edição, mais da metade dos alunos do 3º ano do ensino fundamental apresentaram nível insuficiente no exame. Foram avaliados naquele ano 2.206.625 de estudantes de 48.860 escolas.

A alfabetização é uma das prioridades elencadas pela gestão. O MEC finaliza um decreto de uma nova política sobre o tema.

A minuta do texto, ao qual a Folha teve acesso, indica a predominância do chamado método fônico (que concentra atenção na relação entre letras e sons para depois chegar à leitura). Especialistas e secretários de Educação defendem que o MEC não deve impor uma única pedagogia, respeitando a autonomia das redes e dos professores.

Além disso, há discussões sobre a necessidade de conciliar diferentes metodologias no ensino. O plano do governo é publicar a medida dentro dos primeiros cem dias do governo, que se encerram na próxima semana.

[topo](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

MEC cancela viagem de olavistas a Paris em novo caso da crise na pasta

O Ministério da Educação (MEC) cancelou a viagem a Paris de três assessores ligados ao escritor Olavo de Carvalho. O Estado divulgou na edição desta terça-feira, 2, que uma decisão anterior do MEC de bancar os custos de passagens e diárias da equipe, entre os dias 6 e 14 deste mês na capital francesa, causou incômodo no governo.

Em despacho publicado nesta quarta-feira, 3, no Diário Oficial, o MEC tornou sem efeito autorização o deslocamento da comitiva integrada por Bruna Luiza Becker, assessora especial, Mariana Nascimento Santos, chefe interina da Assessoria Internacional da pasta, e Murilo Rezende Ferreira, assessor do gabinete do ministro Vélaz Rodríguez .

O grupo visitaria as instalações da Casa França – Brasil, participaria de reunião com a delegação brasileira junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de uma sessão do Education Policy Committee (EDPC).

O despacho cancelando a viagem foi assinado por Ricardo Machado Vieira, secretário-executivo do MEC, segundo posto na hierarquia da pasta. Tenente-brigadeiro, ele assumiu o cargo na semana passada, em meio à disputa entre militares e "olavistas" por influência e espaço na estrutura da pasta. (...)

[topo](#)

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Coordenador do MEC analisa o grande debate sobre métodos de alfabetização O professor Renan Sargiani, coordenador-geral de Neurociência Cognitiva e Linguística do MEC, fala sobre as diversas metodologias de alfabetização

A discussão sobre os melhores métodos de alfabetização não é nova nem exclusividade do Brasil. Há pelo menos 50 anos, esse tem sido o alvo de muitas discussões entre cientistas, educadores e formuladores de políticas públicas de alfabetização em diversos países. Esse “grande debate” sobre o ensino das habilidades de leitura e de escrita tornou-se explícito inicialmente pela pesquisadora Jeanne Chall, professora já falecida da Universidade de Harvard, que publicou, em 1967, nos EUA, o livro Learning to Read: The Great Debate, no qual fez uma intensa pesquisa sobre o assunto e revelou quais abordagens eram mais eficientes para o ensino da leitura e da escrita, concluindo que a abordagem fônica era a mais eficiente. Esse também pode ser considerado um marco que impulsionou diversos países a buscar evidências científicas para embasar suas decisões sobre políticas, programas e ações educacionais.

Nesse sentido, países como EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália, França, Finlândia e Portugal promoveram modificações em suas recomendações para a alfabetização, fundamentando-se nas bases da Ciência Cognitiva da Leitura, que consiste no conjunto de evidências produzidas em áreas como a Psicologia Cognitiva, a Neurociência Cognitiva e a Linguística Cognitiva, que, desde os anos 1970, estudam cientificamente como as pessoas aprendem a ler e a escrever e como podemos ensiná-las de modo mais eficiente. O Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, em consonância com as experiências exitosas na área de alfabetização desses países, também optaram por formular uma nova Política Nacional de Alfabetização com base em evidências da Ciência Cognitiva da Leitura.

O “grande debate” pode ser resumido entre defensores de abordagens centradas no código versus defensores de abordagens centradas no contexto e nos significados. A proposta dos primeiros, que defendem o método ou a abordagem fônica, é a de que se deve ensinar explicitamente as relações entre letras e seus sons, ou seja, entre grafemas e fonemas, no começo da alfabetização. Para eles, os textos utilizados pelas crianças devem ser apropriados à sua capacidade de leitura e à sua idade, ao passo que textos mais longos e complexos devem ser usados apenas pelos professores para a ampliação do seu vocabulário, desenvolvendo-se a oralidade delas. Os segundos, por sua vez, recomendam que as crianças devem interagir, desde o começo, com textos ricos que lhes permitam aprender sobre regras do sistema de escrita de modo mais natural e implícito.

O coordenador-geral de Neurociência Cognitiva e Linguística do MEC, professor Renan Sargiani, explicou um pouco das metodologias e das abordagens fônicas, além de outras formas de alfabetização, em uma entrevista ao portal do MEC.

Por que o método fônico ou fonético pode ser considerado uma das melhores formas de ensinar uma criança a ler?

É muito importante, em primeiro lugar, esclarecer os termos que foram utilizados nessa pergunta que normalmente geram muitas dúvidas e equívocos. Não existe apenas um único método fônico, mas sim vários métodos de ensino de leitura e de escrita que se fundamentam em uma abordagem fônica, isto é, na recomendação de que o ensino de leitura e de escrita deve começar por instruções explícitas em uma ordem sequencial lógica das relações entre os grafemas e os fonemas, ou seja, das letras e seus sons.

Quando se fala de método, fala-se de algo mais delimitado, uma espécie de pacote, criado com um objetivo específico de ensinar um determinado conteúdo, de uma determinada forma, prevista por quem elaborou esse método. Por isso, os métodos normalmente estão ligados a um criador ou a um autor. Por exemplo, o Método Montessori tem esse nome em alusão às pesquisas e às teorias da médica e educadora italiana Maria Montessori. No caso do método fônico, há uma confusão entre método, abordagem e componente.

Abordagens são proposições teóricas mais abrangentes que permitem a formulação de diferentes métodos. A abordagem fônica trata-se do conjunto de recomendações para a alfabetização que priorizam o ensino sistemático das relações entre fonemas e grafemas como sendo o primeiro passo para que se aprenda a ler e a escrever com sucesso em

sistemas alfabéticos. A abordagem fônica baseia-se na premissa de que, como o sistema alfabético representa a fala no nível dos fonemas, para que um aprendiz possa ler e escrever, deve-se primeiro conhecer o princípio alfabético, ou seja, o modo pelo qual se organiza esse sistema, em que cada letra ou conjunto de letras das palavras escritas representa sistematicamente os fonemas da linguagem falada.

Em que se baseia essa concepção?

As pesquisas mostram que os métodos que se fundamentam na abordagem fônica são os mais eficientes para ensinar-se a ler e a escrever em sistemas alfabéticos, como é o caso do português, porque fornecem a chave do funcionamento do código alfabético.

Portanto, existem diversos métodos que se baseiam na abordagem fônica, e não apenas um único método fônico. Da mesma forma, também existem diferentes estratégias de ensino fônico previstas na abordagem fônica: a Fônica Sintética, a Fônica Analítica, a Fônica Embutida, a Fônica por Analogia etc. Cada forma de ensinar a fônica tem suas características próprias e impactos, sendo a fônica sintética reconhecida como a mais eficiente. Trata-se de ensinar às crianças primeiro as relações entre os grafemas (as letras ou grupos de letras) e os fonemas (sons) que elas representam para depois ensiná-las como sintetizar ou juntar essas letras e sons para formar palavras.

As pesquisas, nas últimas décadas, têm mostrado que adotar a instrução fônica é condição sine qua non para aprender a ler e a escrever em um sistema alfabético, por ser esse um sistema que representa a fala no nível dos fonemas. Com isso, queremos dizer que a relação entre grafemas e fonemas é o que nós chamamos de fônica, conhecimento grafofonêmico, mapeamento ortográfico, princípio alfabético ou conhecimento fônico.

A palavra “fônica” também precisa ser esclarecida e não deve ser confundida com a Fonética ou com a Fonologia. Fônica é uma tradução do termo phonics em língua inglesa. Esse termo é um neologismo também em inglês e foi criado para referir-se ao conhecimento simplificado de fonética que deve ser usado para ensinar a ler e a escrever. A Fonética e a Fonologia são áreas de estudo da Linguística muito mais complexas do que a Fônica. A instrução fônica sistemática é importante porque justamente vai ensinar aquilo que há de mais elementar na aprendizagem da leitura e da escrita de um alfabeto: as relações entre as letras das palavras escritas e os sons das palavras faladas.

Os métodos que se fundamentam na abordagem fônica garantem, portanto, a base essencial da alfabetização, que é a compreensão do funcionamento do código alfabético. Uma criança que aprende quais são as letras e quais são os sons que elas representam ganha um poderoso recurso psicolinguístico que a capacita a ler e a escrever palavras com autonomia.

Nas últimas décadas, vimos o surgimento de uma verdadeira Ciência Cognitiva da Leitura, que, em resumo, mostra que a instrução fônica sistemática — e é essa a terminologia mais apropriada — é um componente crucial para o ensino eficiente de leitura e de escrita em um sistema alfabético. Esse componente é o que oferece melhores condições de sucesso na alfabetização para a maioria das crianças, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social e que precisam do ensino explícito das relações entre letras e sons para avançarem mais rapidamente no

processo de alfabetização.

Então o que podemos estabelecer como fônica?

É preciso esclarecer que a instrução fônica é apenas uma etapa do processo de alfabetização. Como uma etapa, ela tem duração, com começo, meio e fim. Podemos dizer então que a fônica não é um método, mas sim um componente de métodos, programas ou abordagens de alfabetização que são eficientes. Todo bom programa de alfabetização inclui diferentes componentes e práticas.

A instrução fônica sistemática é um dos componentes essenciais, bem como a consciência fonêmica, a fluência de leitura oral, o ensino de vocabulário e a compreensão de textos. Entre as práticas, estão a leitura compartilhada, a leitura em voz alta, a leitura guiada, a escrita independente e a escrita compartilhada.

As pesquisas mostram que, desde a educação infantil, devem ser desenvolvidas habilidades fundamentais para a alfabetização. Essas habilidades facilitam todo o processo de alfabetização. Entre elas se destacam duas habilidades: a consciência fonêmica e o conhecimento alfabético.

A consciência fonêmica é uma sub-habilidade da consciência fonológica. Ela é a habilidade de prestar atenção, de identificar e manipular, individualmente, os menores sons da fala, isto é, os fonemas, sendo um dos melhores preditores do sucesso na alfabetização. As professoras podem fazer vários jogos divertidos, lúdicos, que estimulem o desenvolvimento dessa consciência dos fonemas, que não se desenvolve naturalmente. Além disso, ainda na educação infantil, é importante que as crianças aprendam o conhecimento alfabético, que é conhecimento sobre os nomes, as formas e os sons das letras.

O conhecimento alfabético e a consciência fonêmica, juntos, formam a base para que as crianças possam aprender a ler e a escrever em um sistema alfabético.

É preciso esclarecer também que ler não é compreender, mas que o objetivo da leitura é a compreensão. É um erro achar que apresentar textos longos e complexos, desde o começo da alfabetização, é a base para que a criança desenvolva a compreensão de textos. Na verdade, a compreensão de textos depende tanto de uma boa habilidade de reconhecimento de palavras quanto de uma boa compreensão da linguagem oral. O reconhecimento automatizado de palavras acontece quando a decodificação é proficiente, permitindo que os leitores reconheçam imediatamente as palavras que já leram antes. Isso libera espaço na memória de trabalho permitindo processos cognitivos e linguísticos complexos envolvidos na compreensão de textos, entre eles a compreensão da linguagem oral.

A compreensão da linguagem oral é mais ampla e desenvolve-se desde o nascimento. Depois de aproximadamente 150 milésimos de segundos que uma palavra escrita é reconhecida visualmente, ela é tratada no cérebro como se fosse uma palavra ouvida. Portanto, a compreensão de textos, depois do reconhecimento da palavra, envolve o mesmo processamento de compreensão da linguagem oral.

Por essa razão, na educação infantil, e mesmo na alfabetização no primeiro ano do

ensino fundamental, os textos longos e complexos devem ser lidos pelas professoras, estimulando a motivação pela leitura, o desenvolvimento de vocabulário e a compreensão da linguagem oral. As crianças, por sua vez, devem receber livros e textos apropriados para a sua idade e o seu nível de leitura para que possam praticar a decodificação, levando-as ao reconhecimento automatizado de palavras e, por fim, possibilitando a compreensão de textos.

Há outro ou outros métodos ou abordagens consideradas tão eficazes quanto o método fônico na alfabetização de crianças?

A questão da eficácia ou da eficiência dos métodos ou das abordagens de alfabetização envolve diferentes fatores. Fatores como quem ensina, como se ensina e para quem se ensina podem influenciar muito independentemente do método ou da abordagem que se escolha; de modo geral, podemos identificar características que são consideradas fundamentais para facilitar a aprendizagem da maioria das crianças.

Existem diversos relatórios nacionais e estrangeiros, bem como estudos de revisão da literatura científica, que atestam que a abordagem fônica, a qual privilegia o ensino explícito e sistemático do código alfabético no começo da alfabetização, é mais eficiente do que a abordagem global, também chamada de construtivista ou de psicogênese da língua escrita aqui no Brasil. A abordagem global privilegia os contextos significativos, usando, desde o começo, textos longos que são úteis para o desenvolvimento da oralidade, mas que não explicitam as relações entre letras e sons, sendo eficientes apenas para aquelas crianças que já possuem ampla experiência com materiais de leitura, que conhecem as letras e os sons porque aprenderam em casa ou em outros ambientes.

Como acontece o processo de aprendizagem de leitura? O que seria mais apropriado?

Quando uma criança que está aprendendo a ler e que ainda não é capaz de reconhecer a maioria das palavras de um texto depara-se com textos longos, na verdade, isso aumenta a sensação de incapacidade dela. Esse contato, portanto, torna-se um problema em vez de uma solução. O correto é fornecer à criança um texto apropriado para o seu nível de leitura, que permita que ela possa exercitar aquilo que está aprendendo e se sinta, cada vez mais, confiante e com vontade de ler textos mais extensos. Os textos longos não devem estar ausentes no processo de alfabetização, mas, pelo contrário, devem ser usados pelas professoras e pelos pais para estimular a linguagem oral, enriquecer o vocabulário, estimular a compreensão oral e o gosto pela leitura nas crianças.

Nesse sentido, a abordagem global ou construtivista, na verdade, deixa a maioria das crianças à mercê da sorte de que encontrem, em casa ou em outros ambientes, que não a sala de aula, alguém que as ensine o que a abordagem fônica ensina desde o começo, que é a base para aprender a ler e a escrever.

Chamamos de corpo docente oculto esse fenômeno de crianças que supostamente aprendem na escola por meio da abordagem global, mas que, na verdade, são ensinadas pelos pais ou por irmãos mais velhos em casa. Perceba que, dessa forma, não significa que a abordagem global ou construtivista não funciona, mas sim que ela não é a recomendada para a maioria das crianças que possuem poucos conhecimentos e habilidades necessárias para aprender a ler e a escrever quando ingressam na escola, e

que, muito provavelmente, também não terão a sorte de encontrar um corpo docente oculto, ou seja, alguém que as ensine fora da sala de aula.

As evidências de pesquisas mostram que quanto menos uma criança sabe sobre habilidades fundamentais de alfabetização mais ela depende do ensino explícito ofertado pela professora, havendo a necessidade, portanto, de que as professoras utilizem sim abordagens mais eficientes, e não quaisquer abordagens, o que nesse caso seriam as abordagens fônicas.

As habilidades fundamentais para a alfabetização, também chamadas de precursores, são aquelas que as crianças desenvolvem antes do ensino formal de leitura e de escrita. Entre elas, podemos citar habilidades como a consciência fonológica, a consciência fonêmica, o conhecimento alfabético, a aquisição de vocabulário e a familiaridade com livros. Essas habilidades devem ser estimuladas, tanto em casa quanto na educação infantil, e formam a base para o sucesso na aprendizagem da leitura e da escrita no primeiro ano do ensino fundamental.

Bons programas ou métodos de alfabetização devem incluir esses componentes e normalmente são chamados de programas balanceados, completos ou abrangentes, porque incluem as diversas habilidades necessárias para aprender-se a ler e a escrever — entre eles se inclui a instrução fônica sistemática.

É importante ressaltar que, embora a abordagem fônica comece pelo ensino sistemático das relações entre letras e sons, ela não se resume a isso porque ela também inclui vários outros componentes importantes que permitem a formulação de programas balanceados.

De uma forma sintética, qual seria a diferença entre as abordagens fônica e construtivista?

O principal diferencial entre a abordagem fônica e a abordagem construtivista é que a primeira foca no ensino explícito das relações entre letras e sons, ao passo que a segunda foca mais nos significados, no texto, no contexto, deixando o ensino das relações entre letras e sons de modo mais implícito e acidental, o que não é tão eficaz para a maioria das crianças.

Na abordagem fônica, primeiro você ensina o código alfabético — letras representam sons — e aí você vai enriquecendo esse conteúdo com outros textos mais complexos. Quando se comparam essas duas abordagens, há evidências de que a fônica supera a construtivista. Aquela supera esta para crianças com desenvolvimento típico e atípico, para aquelas que possuem um ambiente que desfavorece a aprendizagem e também para aquelas que possuem o ambiente mais favorável.

Entre as diferentes formas de ensinar-se a fônica, também observamos vantagens de um modo para outro. A Fônica Sintética (dos fonemas para as palavras), por exemplo, é melhor do que a Fônica Analítica (das palavras para os fonemas) e a Fônica Analítica é melhor do que a Fônica Embutida (instrução não explícita embutida em textos).

O que as pesquisas mostram é que não há questionamentos de que, para aprender a ler e a escrever, em um sistema alfabético, é necessário aprender fônica. O debate está no

modo como se deve ensinar isso, de forma explícita ou implícita, sistemática ou não sistemática. As evidências mais vigorosas apontam que isso deve ser feito de modo explícito e sistemático, o que não significa que deva ser chato e enfadonho: pode ser lúdico e muito divertido, como vários métodos e programas que existem em diferentes países.

O que temos de deixar claro é que não há um único método fônico e que o conhecimento de fônica é um componente de métodos eficientes de alfabetização que nós costumamos chamar de abordagens balanceadas ou compreensivas, no sentido de que elas incluem diferentes componentes necessários para o sucesso na alfabetização, ou seja, a instrução fônica sistemática, a consciência fonêmica, o vocabulário, a fluência e a compreensão.

Como considerar as vantagens de aprendizado do método ou das abordagens fônicas sobre outros métodos?

Primeiramente, nós temos de considerar que a ciência está em contínua evolução. A cada dia que passa, nós descobrimos coisas novas que nos impelem a modificar crenças passadas. Atualmente, as pesquisas desenvolvidas, nos campos da Psicologia Cognitiva e da Neurociência Cognitiva, que são dois dos maiores aportes da Ciência Cognitiva da Leitura, revelam coisas que não sabíamos 20, 30, 50, 100 anos atrás. As pessoas ensinam as outras a ler e a escrever há pelo menos 7 mil anos, mas hoje temos condições de investigar o impacto de diferentes modos de ensino com recursos muito sofisticados. As pesquisas em Neurociências mostram, inclusive, o que acontece, em tempo real, no cérebro enquanto estamos lendo ou aprendendo a ler.

Essas evidências nos mostram que herdamos da evolução da espécie um cérebro capaz de aprender coisas novas, por meio da plasticidade neuronal, ou seja, por meio da reorganização das conexões entre neurônios. Nosso cérebro não nasce programado para ler e escrever, coisas que são invenções culturais mais recentes, mas sim predisposto a aprender coisas básicas que os homens das cavernas já faziam, como falar, ver e ouvir. A plasticidade neuronal que nos permite reorganizar esses sistemas a fim de que possamos aprender a ler e a escrever.

Os sistemas de escrita têm cerca de sete mil anos, dez mil anos no máximo, a fala não: ela é mais antiga. A linguagem oral foi desenvolvida na espécie humana há muito tempo, tanto que você não pode impedir uma criança de aprender a falar. Em condições típicas, mesmo com pouco estímulo, uma criança aprende a falar. Se ela tiver todo o aparato biológico para aprender a falar, ela vai aprender a falar.

O que dizem os especialistas sobre o assunto?

O Steven Pinker, que é um professor da Universidade de Harvard (EUA), diz que esse é o “instinto da linguagem”, instinto porque é algo tão forte na espécie humana que você não pode evitar de aprender a falar. Isso faz o nosso cérebro aprender muito rapidamente a linguagem oral, mas o mesmo não ocorre com a linguagem escrita, tanto é que você pode ser um analfabeto na idade adulta mesmo convivendo com o “mundo letrado” a vida toda, e isso não significa que você tenha qualquer tipo de problema de aprendizagem. Também não significa que os adultos que não aprenderam a ler e a escrever na infância não podem aprender na idade adulta: nós temos evidências de que o

que importa de fato para que uma criança possa aprender a ler e a escrever é o ensino que ela recebe. Prova disso é que crianças com os mais diferentes tipos de necessidades podem aprender a ler e a escrever. Todos podem aprender essas habilidades desde que lhes sejam dadas condições apropriadas de ensino. As pesquisas mostram que o modo como você ensina tem um papel muito importante no processo e que ele pode ser até mesmo determinante para o sucesso ou não da alfabetização. A Ciência Cognitiva da Leitura tem nos mostrado então quais são as condições necessárias ou os elementos que favorecem mais o sucesso na alfabetização.

A linguagem escrita é uma invenção e precisa ser ensinada, não descoberta. Não dá para uma criança descobrir a escrita sozinha na sala de aula: ela precisa aprender, e aprender a mesma linguagem escrita que é convencionada com os demais ao seu redor.

Os estudos de Neurociências, principalmente do pesquisador francês Stanislas Dehaene, mostram que o cérebro da criança é muito bem estruturado porque herdamos da nossa evolução redes cerebrais especializadas para processar a visão, os rostos, a linguagem falada, os números, mas não a leitura e a escrita. É a reciclagem neuronal, a capacidade dos neurônios de aprender, que nos permite aprender.

Em um estudo do professor Dehaene, com a participação do professor José Morais, um pesquisador português muito importante e conhecido no Brasil, que trabalha na Bélgica atualmente, descobriu-se que existe uma área no cérebro chamada Área da Forma Visual das Palavras. Eles testaram uma série de estímulos visuais para verificar se existia uma área do cérebro que respondia ao reconhecimento das letras e perceberam que, nos adultos que eram alfabetizados, seja na infância ou na idade adulta, essa área era mais ativada em resposta a estímulos como letras, mas não era tão ativada para pessoas que eram analfabetas. Essa área se especializa então para o reconhecimento de palavras escritas, sendo que, em analfabetos, ela responde mais pelo reconhecimento de faces, de rostos.

Quando a criança está aprendendo, ela está mudando essa área do cérebro para reconhecer as letras sempre da mesma forma. Isso é uma das coisas que a gente observa também como resultado direto dos métodos usados para alfabetizar.

Em um estudo mais recente, de 2015, um grupo de pesquisadores da Universidade de Stanford (EUA), liderado pelo professor Bruce McCandliss, descobriu que leitores iniciantes que focam nas relações entre letras e sons, ou seja, no escopo da fônica, aumentam a atividade na área do cérebro que é melhor preparada para ler, a saber, o hemisfério esquerdo, enquanto aqueles que focam nas palavras como um todo, abordagem global, ativam mais o lado direito que processa as palavras como imagens.

Eles perceberam que aqueles que aprenderam pela abordagem fônica conseguem ler palavras novas mais facilmente porque eles aprenderam o mecanismo de funcionamento do sistema alfabético, enquanto o grupo que aprendeu globalmente não consegue progredir para palavras novas porque eles identificam a palavra como uma figura, e isso não permite o reconhecimento de palavras novas.

Isso nós já sabíamos, por meio dos estudos de comportamento, mas o que nós não sabíamos era o efeito disso no cérebro, o que foi pioneiro nesse estudo. Isso nos dá mais uma evidência da vantagem da abordagem fônica sobre a abordagem global ou

construtivista. Além de a abordagem fônica permitir que a maioria das crianças aprenda mais rapidamente e melhor, ela também as permite desenvolver a autonomia de leitura e de escrita por meio da ativação do hemisfério esquerdo do cérebro, responsável pelo processamento da linguagem, sendo, por isso, aquela mais ideal a ser usada.

Se você aprende pela fônica, você consegue aprender o mecanismo básico da decodificação de palavras; portanto, você lê palavras novas que não lhe foram ensinadas. A criança passa a ler palavras em outros contextos porque aprendeu como funciona a leitura. O global não permite essa autonomia: como há muito mais palavras para memorizar do que letras, e como a criança é ensinada a tratar palavras como figuras, o seu desenvolvimento da leitura e da escrita é limitado e dificultado.

Onde estão as recomendações para o aprendizado do método ou das abordagens fônicas nas escolas do país?

A instrução fônica é um componente eficiente de bons métodos de leitura e de escrita e já é recomendada em diversos relatórios de pesquisas nacionais e estrangeiros. Aliás, ela já está prevista até mesmo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que foi estabelecido, nos primeiros anos do ensino fundamental referentes à alfabetização, que se deve trabalhar com consciência fonológica, com o ensino de letras e com o ensino da natureza do sistema alfabético e das relações entre fonemas e grafemas com o objetivo de decodificá-los, que é justamente aquilo que se recomenda em uma abordagem fônica.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Mais Alfabetização também já contêm esse tipo de perspectiva embutida de certo modo, principalmente com os jogos de consciência fonológica. Muitas escolas da rede particular utilizam esses princípios e iniciativas de alguns Municípios e Estados também fazem esse tipo de recomendação.

Esses documentos, como a BNCC, precisam somente ser esclarecidos para que possamos ter objetivos educacionais mais claros e estratégias de ensino apropriadas. Nesse sentido, precisamos agora esclarecer melhor os conhecimentos que já são recomendados e que inclusive já fazem parte das ações de professoras por todo o Brasil. Não estamos falando de algo que as professoras nunca viram: elas conhecem isso e já fazem uso disso há muito tempo e com sucesso. Eu conheço muitas professoras pelo Brasil que já utilizam esses conhecimentos em suas práticas e com muito sucesso. Se você perguntar para professoras alfabetizadoras o que elas fazem para ajudar as crianças a ler e a escrever, muitas vão relatar práticas fônicas, ainda que não usem esse nome.

O que pode ser feito agora? Qual a postura que se deve adotar?

Precisamos valorizar aquilo que as professoras fazem em sala de aula e o que elas sabem que funciona, mas que, algumas vezes, devido ao caráter nebuloso de algumas recomendações, parece que não é feito ou que não pode ser feito. Precisamos adotar uma postura de cientistas e definir mais claramente os conceitos e termos utilizados nas orientações curriculares, nos programas e nas ações do governo, além de, é claro, fundamentarmos-nos no conhecimento científico mais atual.

É justamente nesse sentido que, na Secretaria de Alfabetização do MEC, temos uma diretoria de alfabetização baseada em evidências. O que acontece é que, fundamentando

as orientações curriculares em evidências científicas, sabemos exatamente do que estamos falando, o que significa cada conceito, cada objetivo e como definir uma estratégia clara para atingi-lo. Países que tiveram sucesso fizeram exatamente isso. A dificuldade maior agora está mais em esclarecer o que é a fônica, porque, até agora, no Brasil, tem-se a ideia errada de que o chamado “método fônico” é voltar ao passado, é o ensino tradicional, antiquado, quando isso não é verdade.

Nós nunca adotamos uma perspectiva fônica oficialmente no Brasil: os métodos antigos eram a abordagem alfabética e a abordagem silábica. Ambas eram diferentes da abordagem fônica. A abordagem fônica, pautada pelo conhecimento científico, tem se desenvolvido mais desde a década de 1980, mesmo período da chegada da abordagem construtivista da Emília Ferreiro no país; no entanto, a partir do que sabemos atualmente, podemos abarcar conhecimentos da abordagem construtivista, ir além dela e superá-la por meio de uma base mais sólida por meio da qual a maioria das crianças se beneficiem. Temos um grande conjunto de evidências produzido no Brasil. Não precisamos ir muito longe. Existem várias experiências exitosas no Brasil que atestam a importância do ensino fônico e que mostram que não é nada chato, antiquado: pelo contrário, as crianças gostam e muito dele.

Em quais países se destaca a alfabetização por meio do método fônico? Por quê?

Os países que de fato melhoraram a alfabetização de suas crianças, nos últimos anos, são aqueles que se fundamentaram nas evidências mais atuais da Ciência Cognitiva da Leitura porque essa área apresenta o conjunto de evidências mais vigorosas sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e como podemos ensiná-las de um modo mais eficiente.

A maioria desses países começou a adotar as recomendações dessa área na Ciência a partir do final da década de 1990, quando esse campo estava começando a amadurecer, uma vez que se iniciou por volta da década de 1970. A França, por exemplo, criou um grupo de cientistas chamado Observatório Nacional da Leitura, em 1997, e reformularam as práticas de alfabetização no país com sucesso, com recomendações de instrução fônica.

Nos Estados Unidos, a recomendação da instrução fônica, com base em evidências de pesquisas, teve como maior defensora a professora Jeanne Chall, da Universidade de Harvard, que publicou no país, em 1967, o livro *Learning to Read: The Great Debate*, no qual fez uma intensa pesquisa sobre o assunto e revelou quais abordagens eram mais eficientes para o ensino da leitura e da escrita — ela realizou inúmeras pesquisas e recomendou a fônica até o fim de sua vida.

Outros relatórios importantes também tiveram considerações semelhantes nos EUA, como o *Preventing Reading Difficulties in Young Children*, de 1998, que é um relatório que foi coordenado pela Catherine Snow, que é uma grande especialista em linguagem e alfabetização e minha supervisora de pós-doutorado na Universidade de Harvard. Nesse relatório, foram identificados quais são os elementos essenciais para ensinar-se com qualidade alunos a ler e a escrever e o que os professores devem saber para fazer isso com sucesso.

Esse painel foi seguido pelo National Reading Panel, em 2000, que mostrou que nós

temos cinco pilares de alfabetização de qualidade: a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência de leitura, o vocabulário e a compreensão de textos. São pilares que todos os programas bons de alfabetização devem incluir. A minha co-orientadora de doutorado, a Dra. Linnea Ehri, da City University of New York, liderou os trabalhos sobre consciência fonêmica e instrução fônica do National Reading Panel, publicando sínteses muito importantes e influentes na área.

Seguiu-se outro relatório, publicado em 2009, chamado National Early Literacy Panel (NELP), que focou mais nas crianças pequenas e na importância da literacia familiar, ou seja, naquilo que os pais fazem em casa e que ajuda as crianças mais tarde a aprender a ler e a escrever, por exemplo, ler para seu filho e estimular o seu desenvolvimento da linguagem oral, fazendo-lhe perguntas que estimulem uma resposta mais completa do que apenas um "sim" ou um "não". O relatório focou também na literacia emergente, que reúne as habilidades fundamentais para a alfabetização que devem ser desenvolvidas na pré-escola, como saber os nomes, os sons e as formas das letras e desenvolver a consciência fonológica e a consciência fonêmica.

Em que sentido esses relatórios orientam os governos?

Nos EUA, esses relatórios impulsionaram várias ações e programas dos governos Federal e Estaduais, com recomendações para a inclusão de instrução fônica. A Inglaterra tinha resultados muito ruins na alfabetização na década de 1990, e, depois de alguns relatórios, como o Relatório de Jim Rose, de 2006, passou a recomendar, desde 2012, a instrução fônica nas escolas de todo o país, com melhorias muito significativas.

Existem muitas diferenças entre cada país e é preciso que nós consideremos isso, incluindo diferenças com relação à língua, mas é preciso reconhecer que esses países que mencionei compartilham um elemento importante, pois todos usam um sistema alfabético, que, portanto, tem um mesmo princípio de que letras representam sons.

Ainda assim, temos o exemplo de Portugal, que tem a mesma língua que o Brasil e que implementou mudanças significativas na alfabetização, baseadas nas evidências de pesquisas, inclusive tendo a participação do professor José Morais — que também ajudou nas reformas promovidas na França. O Prof. Morais participou também de um esforço no mesmo sentido no Brasil, pois trabalhou em um grupo, em 2003, liderado por João Batista de Oliveira, que, a convite da Câmara dos Deputados, estudou a questão da alfabetização.

Naquela época, todos estavam se preocupando com essa questão de incorporar as evidências de pesquisa para melhorar a alfabetização, como já mencionei. Vários países preparavam relatórios científicos para embasar suas políticas públicas de alfabetização e o Brasil não ficou para trás. Participaram desse relatório Jean-Émile Gombert, da França; Marilyn Jager Adams, dos EUA; Roger Beard, da Inglaterra; o Prof. Fernando Capovilla, da USP; e a Prof.^a Cláudia Cardoso-Martins, da UFMG, que é uma das maiores pesquisadoras brasileiras na área da alfabetização, respeitada na comunidade científica internacional.

Infelizmente, esses relatórios foram ignorados, por muitos anos, embora apresentassem uma excelente revisão da literatura com recomendações claras e fundamentadas em evidências sobre as mudanças necessárias à alfabetização no Brasil. No entanto,

felizmente, após ter sido apresentado a esses dados pelo Secretário Nadalim, o Ministro Ricardo Vélez acolheu-os e anunciou, no Senado, que estamos resgatando essas importantes contribuições na formulação da nova Política Nacional de Alfabetização.

Nesse mesmo sentido, o Secretário de Alfabetização Carlos Nadalim sempre enfatiza a importância de considerarmos as evidências científicas na formulação de Políticas Públicas, como se pode observar na estrutura da nova Secretaria de Alfabetização. Ele convidou para compor a Diretoria de Alfabetização Baseada em Evidências três cientistas que estudam alfabetização, entres os quais eu me incluo.

Eu comungo do pensamento do Secretário Nadalim e do Ministro Vélez de que a educação brasileira se fundamente em evidências científicas. Isso implica pelo menos três coisas: 1) o que sabemos hoje pode ser invalidado ou questionado amanhã por uma nova pesquisa ou evidência; 2) os resultados de pesquisas devem ser sempre contextualizados: precisamos entender os limites das pesquisas e da generalização dos resultados; 3) não podemos personalizar as evidências e adotar ídolos somente porque produziram trabalhos relevantes em algum momento.

A ciência não para e é preciso ir mais além, considerar o tempo atual e o que se sabe, com base no método científico, naquilo que há de mais vigoroso atualmente, sem personalismos, mas sim com base nas evidências. É assim que os países que tiveram sucesso mudaram seu modo de ensinar a ler e a escrever e é assim que o Brasil pode também ir mais longe.

Perfil – Renan de Almeida Sargiani é pós-doutorando em Educação (Linguagem e Alfabetização) na Harvard Graduate School of Education e pós-doutorando em Psicologia no Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia da USP, com período sanduíche no Ph.D. Program in Educational Psychology na City University of New York. É Membro da European Literacy Network (Rede Europeia de Alfabetização); do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Sociocognitivo e da Linguagem da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP); da Psychology Coalition (Coalizão de Psicologia) na ONU; e membro da mesa diretora da International Association of Applied Psychology (IAAP). Ele trabalhou para a Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) e a para a International Union of Psychological Sciences (IUPsyS).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Unig cancela mais de 65 mil registros de diplomas no país

Segundo o MEC, após denúncias de irregularidades, universidade identificou e cancelou os diplomas nos quais foram constatadas irregularidades.

A Universidade Iguazu (Unig) cancelou 65.173 diplomas registrados para outras instituições de ensino do Brasil. Os cancelamentos ocorreram depois de cumprir um protocolo de compromisso com o MEC, com a intervenção do Ministério Público Federal (MPF) de Pernambuco.

Segundo o MEC, tudo começou a partir de uma denúncia de que a Unig estaria cometendo irregularidades no registro de diplomas de outras instituições. Após o relato, um processo de supervisão foi instaurado para apurar as possíveis irregularidades.

Em nota, o MEC informou ao G1 que, no período de 2011 a 2016, a Unig teria realizado 94.781 registros de diplomas de cursos superiores de outras instituições.

O cancelamento dos mais de 65 mil registros de diplomas representa 67,45% do total de registros externos realizados pela Universidade.

De acordo com o órgão, as irregularidades que foram constatadas em registros de diplomas pela Unig decorreram, inclusive, de elementos obtidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alep). Um relatório com a denúncia de um esquema de oferta irregular de educação superior envolvendo diversas instituições feito pela Alep foi enviado ao MEC, o que ocasionou a instauração de processos de supervisão em face de tais instituições.

O MEC ressalta ainda que a Unig também registrou diplomas irregulares de instituições que não foram citadas na CPI da Alepe.

Diante da situação, o Ministério da Educação determinou, em novembro de 2016, a aplicação de medidas cautelares para a Unig. Em julho de 2017, foi publicada uma Portaria que, entre outras medidas, autorizou a Unig a retomar o procedimento de registro apenas de seus próprios diplomas, tendo sido firmado na ocasião protocolo de compromisso entre a instituição, o Ministério da Educação e o Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Pernambuco - MPF/PE.

Um protocolo de compromisso direcionado à Unig foi realizado pelo MEC e, efetivamente, adotado pela universidade. Entre as providências, estava a responsabilidade de conferir a idoneidade da documentação apresentada pela instituição que emitiria o diploma. De tal forma, a Unig também identificou e cancelou os diplomas nos quais foram constatadas irregularidades.

Ao G1, a Unig reafirmou que os registros foram cancelados pela própria universidade, após a determinação do MEC, já que as instituições que os emitiram não tinham autonomia (autorização) para fazê-lo. Ainda de acordo com a universidade, nenhum dos diplomas que tiveram seus registros cancelados se referem a alunos da Universidade Iguaçú.

Algumas dessas instituições de ensino, segundo a Unig, foram descredenciadas pelo MEC. "Uma vez constatado que se trata de um diploma irregular, que não poderia ter sido emitido, o cancelamento do registro é medida impositiva e apropriada às normas regulatórias", afirma a Unig.

MEC descredenciou 25 Instituições de Ensino Superior
O Ministério da Educação não tem como responsabilidade expedir ou registrar diplomas, apenas supervisiona, credencia instituições de ensino e emite autorização e reconhecimento de cursos superiores.

Após a comprovação pela CPI da Alep de atuação irregular de emissão de diplomas e certificados irregulares, 25 Instituições de Ensino Superior foram descredenciadas pelo MEC:

Ainda em nota, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão, informou que tem tomado todas as medidas para a prevenção e repressão de irregularidades no âmbito do ensino superior.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Maior pensador vivo, diz nomeado no MEC sobre Olavo de Carvalho Fábio Salgado de Carvalho atuará como assessor técnico da Secretaria de Alfabetização do ministério, com um salário de R\$ 5.685,55

Um filósofo ligado a Olavo de Carvalho e contra a Lei da Palmada foi nomeado para ocupar o cargo de assessor técnico da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação. Fábio Salgado de Carvalho, de 33 anos, não é formado em educação. Até novembro do ano passado estava desempregado e pedia doações em seu blog pessoal. As informações foram divulgadas pelo UOL.

A nomeação de Salgado no ministério foi publicada na edição dessa terça-feira (2/4) do Diário Oficial da União (DOU). Com salário de R\$ 5.685,55, ele foi escolhido pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez para implementar mudanças nos programas de alfabetização existentes no Brasil.

O novo secretário afirma que Olavo de Carvalho é o “maior pensador vivo que conhece”.

“Eu não afirmo que o professor Olavo de Carvalho é o maior filósofo vivo que eu conheço apenas porque ele conseguiu influenciar o cenário cultural brasileiro, mas porque ele é o único pensador vivo que conheço que tem contribuições em praticamente todos os campos da filosofia em que você possa pensar”, disse Salgado, em uma postagem feita em um site mantido por alunos e simpatizantes do filósofo, escritor e influenciador da gestão Bolsonaro.

No seu blog pessoal, Salgado elencou motivos pelos quais votaria no atual presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL). Um deles é a posição favorável do chefe do Executivo federal à educação domiciliar e a promessa de que revogaria a Lei da Palmada. Aprovada em 2014, a norma determina que crianças e adolescentes tenham o direito à educação sem castigos físicos ou tratamento cruel.

“Bolsonaro é favorável ao homeschooling. Ele, inclusive, já disse que pretende até revogar a Lei da Palmada, sancionada pela Dilma [Rousseff], que, se pudesse, deixaria os nossos filhos nas escolas por 24 horas sofrendo verdadeiras lavagens cerebrais sob a égide do nosso ‘patrono da educação’ picareta Paulo Freire”, escreveu Salgado.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sem experiência e contra Lei da Palmada, olavista ganha cargo no MEC

Um filósofo sem formação em educação, ligado a Olavo de Carvalho e contra a Lei da Palmada foi nomeado para ocupar um cargo no Ministério da Educação. Fábio Salgado de Carvalho, 33, que até novembro do ano passado, estava desempregado e pedia doações em seu blog pessoal, foi nomeado hoje para o cargo de assessor técnico da Secretaria de Alfabetização do ministério.

A nomeação de Fábio foi publicada na edição de hoje do DOU (Diário Oficial da União). Com salário de R\$ 5.685,55, ele vai trabalhar no órgão comandado por Carlos

Nadalim, escolhido por Vézé para implementar mudanças nos programas de alfabetização utilizados no Brasil.

Em 2005, iniciou o curso de física na UnB (Universidade de Brasília), mas não concluiu. Em 2008, começou outro curso, o de Matemática, mas também não o finalizou. Em 2012, concluiu a graduação em filosofia, também pela UnB.

Em 2015, concluiu o mestrado em Filosofia com a dissertação: "A antessala da argumentação: por uma abordagem negativa". Em sua dissertação disponível na internet não há nenhuma menção aos termos "educação", "alfabetização" ou "pedagogia".

Na plataforma Lattes, que reúne informações acadêmicas e profissionais, não há nenhuma menção a experiências prévias de Fábio Salgado em educação ou alfabetização.

Lei da Palmada, educação domiciliar e Paulo Freire "picareta"
Mesmo sem nenhuma formação acadêmica ou profissional em educação, Fábio Salgado demonstra interesse no assunto.

Em setembro do ano passado, Salgado usou seu blog pessoal para explicar os motivos que o levariam a votar no então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL).

Entre os motivos elencados por ele estavam a posição favorável de Bolsonaro em relação à educação domiciliar e a promessa de que ele revogaria a Lei da Palmada. Nessa postagem, ele chama o educador Paulo Freire, referência mundial em alfabetização, de "picareta".

"Bolsonaro é favorável ao homeschooling (educação domiciliar) [...], o Bolsonaro, inclusive, já disse que pretende até revogar a lei da palmada, sancionada pela Dilma [Rousseff], que se pudesse, deixaria os nossos filhos nas escolas por 24 horas sofrendo verdadeiras lavagens cerebrais sob a égide do nosso patrono da educação picareta Paulo Freire", escreveu.

A Lei da Palmada, aprovada em 2014, determina que crianças e adolescentes tenham o direito à educação sem castigos físicos ou tratamento cruel. Durante sua campanha, Bolsonaro disse que revogaria essa lei.

A nomeação de mais um discípulo de Olavo de Carvalho para um cargo no MEC é mais uma amostra da influência dele no governo.

Fábio classifica Olavo como o maior pensador vivo que conhece.

"Eu não afirmo que o professor Olavo de Carvalho é o maior filósofo vivo que eu conheço apenas porque ele conseguiu influenciar o cenário cultural brasileiro, mas porque ele é o único pensador vivo que conheço que tem contribuições em praticamente todos os campos da Filosofia em que você possa pensar", disse em uma postagem feita em um site mantido por alunos e simpatizantes de Olavo de Carvalho.

A admiração parece ser recíproca. Em setembro do ano passado, Olavo classificou

Fábio como um dos seus melhores alunos e um dos que poderia dar prosseguimento em seu legado.

A influência de Olavo no governo, porém, vem causando ruídos. Ele é um crítico constante da atuação dos militares no governo de Bolsonaro. O MEC, um dos ministérios onde ele exerce maior influência, há uma disputa de poder entre grupos militares e técnicos e ideólogos alinhados a Olavo.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro nomeou um militar para ocupar a secretaria-executiva do ministério, o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira. O posto é considerado o "número 2" da hierarquia do MEC.

A pouco mais de três meses no cargo, Vélez tem sido alvo de desgaste no governo.

Outro lado

O UOL enviou e-mails para Fábio Salgado com questões sobre sua atuação no MEC e telefonou para a Secretaria de Alfabetização do ministério para localizá-lo. A reportagem foi informada de que Fábio estava em uma reunião naquele momento e repassou seus contatos para que ele retornasse a ligação. Até a última atualização desta matéria, Fábio não havia entrado em contato.

A reportagem do UOL também enviou um e-mail à assessoria de imprensa do MEC com perguntas sobre a nomeação de Fábio Salgado e a influência de Olavo de Carvalho na escolha do seu nome. O recebimento do e-mail foi confirmado por telefone mas até a última atualização desta matéria, nenhuma resposta havia sido enviada.

J. DO COMMERCIO - AM - NOTÍCIAS

Fapeam lança bolsas de mestrado e doutorado

Apoiar a formação de recursos humanos em áreas estratégicas nas quais o Estado do Amazonas ainda não possui programas de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado é o objetivo do Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Instituições Fora do Estado do Amazonas (PRO PG- Capes/ Fapeam)- edital nº001/2019, lançado pela Fapeam (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas), em parceria com a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O programa disponibiliza 50 bolsas via Capes, sendo 25 bolsas para mestrado e 25 para doutorado, para alunos residentes no Amazonas, matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu, credenciados pela Capes.

topo 

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - ARTIGOS

Em defesa da ciência e tecnologia

Assumimos em maio de 2016 a pasta da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que fundia as áreas governamentais responsáveis por dois grandes setores da economia. Parte da comunidade científica e entidades representativas tinham receio com aquela fusão: temiam não "dar certo" conectar o que se acreditava serem áreas díspares, e ainda havia quem visse o fantasma do enfraquecimento político, sobretudo em crise econômica. Passado o instante inicial, pudemos fazer ver que nossa equipe lá esteve lá pelas grandes causas.

O tempo todo exercitamos – eu e nossa equipe – essa grande tarefa que é a articulação política. Para que se observasse que ciência precisa de apoio público, de recursos, mesmo em tempos de ajuste fiscal. É preciso "colocar o dedo na ferida": para o Brasil se

desenvolver, sua ciência não pode prescindir do investimento público.

Conseguimos a liberação de orçamento para grandes programas. Como o Sirius, acelerador de partículas entregue em novembro, maior projeto da nossa ciência e que vai permitir pesquisas em diferentes segmentos. Nas telecomunicações, destaco o "Internet para Todos", com o Satélite Geoestacionário, para banda larga em todo o país, conexão em escolas e unidades de saúde, além de inúmeras possibilidades que a rede traz.

Um antigo Ministério da Ciência e Tecnologia com dificuldade em honrar compromissos chegou a 2019 como MCTIC com contas em dia e outros projetos engatilhados, como o Reator Multipropósito Brasileiro (que vai permitir a produção de radiofármacos, importante para tratar o câncer). Também tendo lançado o maior edital da história do CNPq, projetos de apoio a startups (como o "Centelha", em todo o país) e um volume inédito de investimento pelo BID (US\$ 1,5 bilhões), para inovação em diversos setores.

Voltou-se no Brasil também a outorgar a Ordem Nacional do Mérito Científico, reconhecendo quem produz conhecimento. E reinstalou-se o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, órgão governo-sociedade de discussão da ciência. Para além dessa instância, os gabinetes do MCTIC mantiveram permanente interlocução com organizações de C&T e do setor empresarial, sobre os projetos e a construção de mecanismos legais. Foi entregue por exemplo a regulamentação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, construído sob este signo de diálogo. Desburocratiza a pesquisa, aproxima ciência e empresa, e facilita a internacionalização do setor.

Lembro ainda a TV digital, que chegou a 2019 com uma cobertura a 130 milhões de brasileiros. Também avançou-se na radiodifusão, com as migrações de AM a FM que melhoram o sinal, e a desburocratização para outorgas, tudo com muita transparência.

Falando em ciência, reafirmo: é preciso colocar o dedo na ferida. Por exemplo, os cortes lineares determinados pela equipe econômica foram um erro. Uma pasta com recursos pequenos frente ao montante total do "bolo" federal ter mais de 40% do orçamento cortado, como feito em 2017, por exemplo, é não compreender o quanto C&T são estratégicas. Que a nova gestão do MCTIC tenha sucesso na importante tarefa que tem à frente. E tenho certeza que dará o devido encaminhamento aos grandes projetos e às demandas do setor.

Aprendi muito no MCTIC, e sou grato pela experiência. Como engenheiro e economista, já tendo sido também presidente da comissão de C&T da Câmara dos Deputados, sempre soube que a ciência está em tudo e precisa ser tratada com prioridade. Esta convicção foi agora reforçada. Estamos finalizando um balanço das atividades que desenvolvemos e isso me trouxe novamente a reflexão: é preciso defender e valorizar a nossa ciência.

* GILBERTO KASSAB, engenheiro e economista, ex-ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - CIDADES

Parceria em prol da educação

Instituto Myra Eliane e UFC firmam acordo de cooperação. A partir do segundo semestre deste ano, estudantes de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) poderão realizar atividades de extensão e programas de intercâmbios diversos

Por Redação, metro@verdesmares.com.br

Expandir parcerias para fortalecer a promoção do ensino. Assim fez o Instituto Myra Eliane, que assinou, na tarde de ontem, acordo de cooperação com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para contribuir no âmbito editorial, da pesquisa e em programas de intercâmbio técnico, científico, pedagógico e cultural. As ações já têm início a partir do segundo semestre e devem se estender pelos próximos cinco anos.

O Instituto Myra Eliane atua no fomento à educação, capacitando professores do ensino infantil da rede pública local. Localizado em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza, o complexo dispõe do Centro de Educação Infantil (CEI) Olga & Parsifal Barroso, Centro de Formação Yolanda & Edson Queiroz, Centro de Etnias Zumbi dos Palmares e uma Areninha de esportes. Esses equipamentos servirão para atividades de extensão dos alunos de diversos cursos de graduação da UFC após a confirmação do convênio entre as duas partes".

Obras

"O complexo reúne condições de receber alunos de várias áreas para pesquisas, extensão e oferta de cursos. É um privilégio poder contar com um equipamento desse alcance, dessa dimensão como um parceiro e complemento de formação, um local onde nós vamos poder certamente exercitar as nossas práticas", avalia o reitor da Universidade Federal, professor Henry de Holanda Campos.

Dentre as intervenções previstas no acordo de cooperação, está ainda o lançamento de obras ligadas à cultura e à história redigidas por importantes escritores cearenses. Já no dia 25 de junho próximo, haverá o relançamento da segunda publicação do livro "Pequena História do Ceará", do historiador Raimundo Girão.

Para o presidente do Instituto Myra Eliane, Igor Queiroz Barroso, o convênio celebra uma parceria conquistada envolta em muita confiança. "Eu diria que é uma confirmação de uma parceria que começou como uma sementinha, e a confiança foi aumentando por ambos os lados. Eu me sinto honrado de a UFC estar participando comigo nesta empreitada".

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

Graduação EAD para agentes da segurança pública

Estão abertas as inscrições do vestibular Cederj 2019.2 para o curso de graduação de Tecnologia em Segurança Pública da Fundação Cecierj/ Consórcio Cederj. O curso é voltado para agentes ativos da segurança pública de qualquer estado da Federação. São 540 vagas para o segundo semestre de 2019. Desde o ano passado, quase 200 vagas a mais foram abertas para atender o crescimento da procura dos candidatos. As inscrições podem ser feitas até 9 de maio no site cederj.edu.br/vestibular. O curso é ministrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e é feito na modalidade EAD Educação à Distância, com algumas atividades presenciais.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

MEC garante o Enem 2019

CRISE Gráfica responsável pela prova decretou falência no último domingo, mas ministério confirma manutenção do cronograma original do exame

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) informou nessa terça-feira (2) que avalia alternativas consideradas seguras para substituir a gráfica que imprime o Enem. A empresa RR Donnelley anunciou falência no domingo (31). O órgão, ligado ao MEC (Ministério da Educação), ressalta que o cronograma está mantido. As inscrições ocorrem entre 6 e 7 de maio e as provas, em 3 e 10 de novembro. A falência da gráfica que imprime o Enem desde 2009 provocou insegurança com relação à realização da prova, uma operação que envolve complexidade de segurança e de logística.

O cronograma prevê que a impressão dos exames seja realizada até maio. No ano passado, foram impressas 11 milhões de provas. O Inep segue sem presidente desde semana passada, quando Marcus Vinícius Rodrigues foi demitido após polêmica com a avaliação de alfabetização.

O diretor da avaliação da Educação Básica do órgão, Paulo Teixeira, se desligou em solidariedade ao demitido. Essa é a diretoria que cuida do Enem. Em nota enviada à Imprensa, o MEC informa que “o Inep irá manter as etapas para aplicação do Enem 2019. O cronograma previsto no edital está mantido, com todas as datas transcorrendo normalmente e as provas marcadas para 3 e 10 de novembro.

Em relação à falência da gráfica contratada para a diagramação e impressão dos cadernos de prova da edição deste ano do Enem, a autarquia está avaliando alternativas seguras”. Ainda de acordo com o MEC, “o Inep reforça, ainda, que está aberto, até 10 de abril, o período para pedido de isenção da taxa de inscrição no Enem 2019 e justificativa de ausência na edição anterior. As inscrições para o exame acontecem entre 6 e 17 de maio”.

No ano passado, o Enem recebeu 5,5 milhões de inscrições. Cada estudante faz dois dias de prova e o resultado é a porta de entrada para praticamente todas as universidades federais. PARIS Em um momento de austeridade nos gastos e de crise no Ministério da Educação, três assessores da pasta ligados ao escritor Olavo de Carvalho vão viajar para Paris, com passagens e diárias pagas pelos cofres públicos, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Entre os dias 6 e 14, participarão de eventos que a equipe da pasta classifica como “assuntos laterais” da área do ensino. Pela agenda oficial, os assessores participam apenas de encontros com integrantes da Delegação do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da sessão da Education Policy Committee (EDPC) e da visita à Casa França-Brasil. Integram a comitiva Bruna Luiza Becker, assessora especial do MEC, Mariana Nascimento Santos, chefe interina da Assessoria Internacional da pasta, e Murilo Rezende Ferreira, assessor do gabinete do ministro Vélez Rodríguez.

O jornal procurou o MEC para saber a razão da viagem e os custos. Até as 19h40 não havia obtido resposta. Todos os integrantes do grupo fazem parte da equipe de “olavistas”, seguidores do escritor Olavo de Carvalho, que na gestão de Jair Bolsonaro passaram a trabalhar no ministério. O grupo é apontado como um dos pivôs da crise que se instalou em fevereiro, quando o ministro Ricardo Vélez Rodríguez enviou uma carta

às escolas, sugerindo que crianças fossem gravadas cantando o Hino Nacional. Em uma tentativa de permanecer no cargo, Vélez assinou mais de 15 exonerações. Teve dificuldades, no entanto, para preencher as vagas, o que acabou agravando a crise e aumentando a paralisia dos programas.

Somente na sexta, por exemplo, o posto de secretário executivo foi preenchido. Depois de 15 dias vago, passou a ser ocupado pelo tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira. Ele tem como missão “esfriar” o clima e tentar reduzir a exposição do governo. A previsão é de que, em um segundo momento, seja oficializada a saída de Vélez do cargo – dada como certa por integrantes do Planalto. A expectativa é de que a definição sobre o novo nome para ocupar a pasta ocorra logo depois do retorno de Bolsonaro da atual série de viagens.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Governador busca prorrogar convênios com Uespi

O governador Wellington Dias participou, na tarde de terça-feira (2), em Brasília, de audiência com presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação, Carlos Alberto Decotelli. “Buscamos a prorrogação de convênios, a fim de obtermos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e SiSU para tocarmos obras nos campi da Uespi nas cidades de Parnaíba, Picos, Floriano, Oeiras e Teresina, tanto na parte de reforma física quanto na aquisição de equipamentos e laboratórios”, explicou o governador. Representando o reitor da Universidade Estadual do Piauí (Uespi), Nougá Cardoso, a assessora Fernanda Cordeiro agradeceu ao empenho do governador e bancada em buscar recursos que solucionarão os principais problemas da universidade.

O senador Marcelo Castro (MDB) esteve no encontro e ressaltou o volume de recursos que a bancada piauiense destinou à Universidade Estadual do Piauí. “Foi um total de R\$ 15 milhões para essa universidade que faz um belíssimo trabalho no estado”, disse o parlamentar. Wellington Dias também participou de audiência no Ministério do Desenvolvimento Regional, onde tratou a respeito de projetos de macrodrenagem no município de Oeiras e Floriano.

Acompanhado dos senadores Ciro Nogueira e Marcelo Castro e da deputada federal Margarete Coelho, o chefe do Executivo estadual ressaltou que o objetivo desse encontro foi a busca de recursos para obras de saneamento básico para Floriano, que estão bem adiantadas, mas faltam recursos para conclusão. “Num trabalho conjunto com o Governo do Estado, a bancada do Piauí mostrou a importância do atendimento da população atingida pelas enchentes na região Norte do Estado e em Teresina”, disse o governador, declarando que o ministro Gustavo Canuto prontamente vai fazer a integração de estados com municípios.

O senador Ciro Nogueira esteve presente na reunião e destacou o trabalho da bancada piauiense nos pleitos mais importantes para o Estado. “Temos um programa importante, que é levar cinco mil cisternas para o Piauí e estamos muito felizes em trabalhar junto, para atender a população seja com atendimento emergencial e também de investimentos”, afirma Ciro Nogueira.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDITORIAL

Comunicação e saúde: educação permanente

EDITORIAL

Desenvolver um ambiente virtual de mídias sociais digitais, para o compartilhamento, discussão coletiva, socialização de práticas, trocas de experiências e saberes inovadores, para o aprendizado coletivo entre pares e fortalecimento das redes de atenção e vigilância em saúde é necessário para garantir a efetividade do processo de educação permanente.

A capacitação para o uso dessas redes deve incluir a formação presencial, educação a distância e o uso de dispositivos midiáticos para a educação permanente. Isso resulta tanto em uma qualificação múltipla quanto na potencialização do uso dessas ferramentas midiáticas e comunicacionais para melhoria dos recursos de atenção em saúde, promovendo a integração entre os diversos atores envolvidos e o conhecimento sobre a rede de atenção a esses agravos, de maneira dinâmica e coletiva.

A educação permanente em saúde tende a ser potencializada pela interdisciplinaridade, em que a saúde e a comunicação, atuando em conjunto, possibilitaram a troca de saberes entre os profissionais de saúde e de comunicação dentro de um cenário educativo. Tal processo é vital para abrir a perspectiva da estruturação de uma rede de atenção mais qualificada e que a atenção ao HIV e às ISTs, por exemplo, bem como para outras enfermidades aconteça mais próxima da realidade dos sujeitos.

Desenvolver recursos educacionais midiáticos relativos ao conteúdo técnico e a partir de vivências no trabalho em saúde que estimulem o diálogo e educação permanente entre pares, nos serviços e em espaços virtuais, é imprescindível para que o trabalho de capacitação e educação possa acontecer também de forma continuada e estendida. Isso significa que os recursos digitais podem permanecer em canais de memória.

As estratégias midiáticas de educação permanente podem ser utilizadas como ferramentas didáticas e de apoio para os profissionais que atuam na saúde pública e coletiva.

O uso da comunicação é entremeado de uma forma abrangente e faz com que esses dispositivos ampliem possibilidades de melhorias na saúde pública e no acesso a ela. É uma intersecção interessante e que tende a deixar os profissionais e usuários mais satisfeitos e com acesso.

topo ↕

METRO-DF - BRASIL

Após falhas, MEC adia prazo do Fies

Atraso. Sem acesso ao documento que libera o financiamento, estudantes não conseguem se matricular nas faculdades privadas. Pasta tem até 30 de junho para resolver o problema

As falhas no sistema do Fies (Fundo Estudantil da Educação) levaram o MEC (Ministério da Educação) a ampliar o prazo — anteriormente previsto até 7 de março — para que estudantes selecionados pelo programa validem suas inscrições esta sexta-feira, dia 5.

Por conta das dificuldades em acessar o documento que libera o financiamento por meio da Caixa Econômica Federal, milhares de estudantes não conseguem se matricular nas faculdades para as quais foram aceitos.

Em nota e sem informar data para a resolução das falhas, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) admitiu que há um "problema sistêmico que tem impedido a troca de informações com o agente financeiro em relação aos candidatos pré-selecionados do Fies".

Ainda de acordo com o órgão, o edital do programa prevê que em caso de erro ou problemas operacionais, o MEC tem até 30 de junho para adotar as medidas necessárias.

Outros casos

A instabilidade do Fies atinge também resoluções de casos mais específicos, como o da estudante Melissa Alves, de 22 anos. Por ter trancado um dos semestres, ela precisou fazer uma "dilatação" do contrato com o Fies — quando é estendido por mais 2 ou 3 semestres.

Com a dilatação aprovada, em fevereiro, pelo Fies e pela faculdade que estuda, e autorização em mãos, Melissa abriu o portal do programa na segunda-feira, mas não conseguiu comprovar que ainda mantinha o contrato.

"Uma hora aparece que preciso fazer aditamento, outra hora fala que consegui a dilatação e outra diz que meu contrato chegou ao fim", conta a estudante.

Calendário do Enem será mantido, afirma ministério

Após a gráfica responsável pela impressão das provas declarar falência anteontem, o MEC (Ministério da Educação) afirmou ontem que o cronograma do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) será mantido. As provas estão previstas para 3 e 10 de novembro.

A gráfica RR Donnelly amanheceu fechada na segunda-feira, um mês antes de dar início às impressões do caderno do vestibular — ela tinha contrato para confeccionar as provas deste ano também. Ontem, os funcionários protestaram em frente à empresa.

Não se sabe quais medidas serão tomadas para substituir a antiga gráfica, mas, em nota, o ministério afirmou que "em relação à falência da gráfica contratada para a diagramação e impressão dos cadernos de prova da edição deste ano do Enem, existem alternativas seguras sendo avaliadas".

topo ↕

CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

Os alunos, as universidades e o Código do Consumidor

Na medida em que o ensino deixa de ser uma atividade vocacionada para se tornar apenas mais um negócio que visa o lucro, ocorre o proporcional aumento das reclamações e dos atritos entre o estabelecimento de ensino e os alunos (que se tornam meros "números": RA; RGM etc.).

Para o Poder Judiciário não há dúvidas de que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) é aplicável às relações entre alunos e instituições de ensino, desde as escolas de ensino fundamental, médio e superior, até os cursos profissionalizantes, preparatórios, presenciais, à distância, de extensão, pós-graduações etc.

Por conta dessa sujeição ao Código Consumerista, tudo o que é "prometido" em propagandas, publicidades, merchandising, e também pelos atendentes da secretaria, da

tesouraria ou de qualquer outro departamento, vincula a instituição de ensino e faz parte de suas obrigações. Já com relação a folders, explicativos, contratos e propagandas que porventura apresentarem informações dúbias, ambíguas ou incompletas, a interpretação será sempre a mais favorável ao consumidor.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o caso de uma aluna que cursou mestrado em determinada instituição de ensino por três anos, onde a divulgação do curso dizia que ele estava em conformidade com as diretrizes do **CAPES** (que é o órgão responsável por reconhecer e recomendar os cursos de pós-graduação).

No entanto, depois de concluído o curso, com inúmeros gastos com viagens, hospedagens, alimentação, mensalidades, livros e tempo, a aluna foi surpreendida com a notícia de que o curso não era “recomendado” pelo **CAPES**, tendo apenas “validade interna”, isto é, dentro da própria instituição. O STJ entendeu que houve propaganda enganosa, pois, a divulgação de que o curso estava de acordo com as diretrizes do **CAPES** induziu em erro a aluna, uma vez que não deixou clara a ausência de recomendação do órgão (muitas vezes necessária para concursos, promoção, aproveitamento em outros cursos, etc), mas tão somente a conformidade com suas diretrizes.

No que diz respeito à qualidade do ensino, a instituição deve cumprir todas as diretrizes legislativas e tudo aquilo que foi apresentado no projeto aprovado pelos órgãos fiscalizadores, que geralmente são os Conselhos Estaduais de Educação. Aliás, cumprir seu próprio projeto é o mínimo que se espera de uma instituição que deveria ter como razão de sua existência ajudar na formação dos alunos.

Outras situações que podem gerar direito à indenização decorrem de problemas que acontecem entre alunos e professores. São comuns as discriminações por questões raciais, sexuais, religiosas ou sociais, bem como os atritos por falta de urbanidade ou simplesmente por abuso de autoridade. Em todas essas hipóteses, é possível configurar a responsabilidade civil da instituição.

São frequentes os casos de estabelecimentos de ensino que não possuem adequada organização administrativa-financeira e, por conta disso, acabam cobrando seus alunos por mensalidades já pagas, chegando a incluí-los algumas vezes nos cadastros de restrição ao crédito (SPC, Serasa, Protesto etc.). Nessas hipóteses, o direito à justa reparação pelo constrangimento moral é inquestionável.

Outra fonte de muitas discórdias também decorrentes da desorganização de alguns estabelecimentos de ensino são os requerimentos administrativos feitos junto à secretaria e/ou tesouraria da escola, tais como pedidos de cancelamento de matrícula, trancamento de curso, abono de falta, entre outros. Nesses casos, o mais adequado é formalizar o requerimento, isto é, fazer por escrito, pois futuramente pode ser necessário provar que o fez e a documentação escrita, devidamente protocolizada (com “carimbo e assinatura”), é sempre a mais segura.

No caso do ensino fundamental, a maioria dos problemas são relacionados a acidentes ocorridos com alunos, o que também gera a responsabilidade do estabelecimento de ensino, pois existe o “dever de guarda” da escola, ou seja, ela se torna responsável pelo aluno a partir do momento em que ele lhe é “entregue”. Isso vale tanto para acidente

exclusivamente com o aluno (brincando no parquinho, por exemplo), como também nos casos de brigas ou de brincadeiras perigosas entre dois ou mais alunos, que deveriam ter sido impedidas pela fiscalização.

Como visto, infelizmente são muitas as hipóteses de problemas e de acidentes relacionados às instituições de ensino que podem gerar, em favor do aluno, direito à indenização por danos morais e até materiais. Como é uma relação regida pelo Código de Defesa do Consumidor, o aluno e/ou seu representante legal deverá ter consciência de que terá a seu favor várias facilidades para reivindicar seus direitos. Os alunos, as universidades e o Código do Consumidor

Henrique Lima.

Advogado (www.henriquelimacom.br). Mestre em direito pela Universidade de Girona – Espanha e pós-graduado em Direito Constitucional, Civil, do Consumidor, do Trabalho e de Família. Autor de livros e artigos, jurídicos e sobre temas diversos. Membro da Comissão Nacional de Direito do Consumidor do Conselho Federal da OAB (2019/2021). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5217644664058408>

topo ↕

CORREIO DOS CAMPOS - TEMPO REAL

Professores de Direito da UniSecal são aprovados em mestrado e doutorado Docentes foram aprovados no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR

COM ASSESSORIAS – Os professores do curso de Direito da UniSecal, Aknaton Toczec Souza e Thayan Gomes da Silva, foram aprovados, respectivamente, no doutorado e mestrado de Sociologia, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O primeiro docente defendeu sua tese ‘A Farda e a Toga – dois lados da mesma tragédia: uma etnografia da política e práticas do sistema de justiça criminal (SJC)’. E o segundo teve como título de sua dissertação ‘A farda é mais bonita: um estudo sobre a hipermilitarização por intermédio da representação dos guardas municipais de Ponta Grossa’.

Doutorado

Aknaton pesquisou sobre a relação entre o poder judiciário e a polícia militar a partir dos rituais de interação jurídicas face a face – em especial alguns tipos de audiências – e processuais. “Minha tese é que há um processo de interação especial entre agentes institucionais, gerando uma interdependência entre as instituições que conforma um processo de militarização das práticas jurídicas penais e por consequência um aspecto específico daquilo que chamamos de hipermilitarização”, salienta Souza.

Com novos planos para a área acadêmica, como novos grupos de pesquisa dentro do curso de Direito da UniSecal, o professor ressalta a conquista do doutorado. “Foram anos maravilhosos que pude aprender com grandes pesquisadores e vislumbrar aulas e temas incríveis que me transformaram ao longo do processo”, comenta o educador.

Mestrado

A linha de pesquisa de Thayan foi relacionada à violência, sistema de justiça criminal e o controle social. “Estudei sobre a representação dos guardas municipais de Ponta Grossa, a segurança pública e seu exercício, assim como se a instituição é militarizada constituindo a hipermilitarização da sociedade”, explica Silva.

Sobre a aprovação, o docente enfatiza que é uma sensação de dever cumprido e que já pensa em novos projetos. “Tenho sim novos planos. Nessa linha de pesquisa, pretendo tentar ainda nesse ano o doutorado na UFPR, para dar continuidade no conhecimento e na vida acadêmica”, finaliza.

Pós-Graduação em Sociologia

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia tem o Conceito **CAPES 5 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Nos parâmetros da **CAPES**, a nota 5 é atribuída a cursos de excelência em nível nacional e as notas 6 e 7 correspondem a cursos de qualidade internacional.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Mulher cede dados da filha para fraudar bolsa da Capes e é condenada Débora Madeira e Sullivan Marques, funcionário do MEC que cadastrou bolsistas ilegalmente, receberam penas que somam 12 anos de reclusão

A Justiça Federal condenou duas pessoas por desviarem recursos do pagamento de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação. Sullivan Marques Leão Barreto cadastrou indevidamente 12 nomes na lista de bolsistas. Já Débora Madeira cedeu os seus dados e os de sua filha para receberem parte dos benefícios pagos ilegalmente.

A pedido do Ministério Público Federal, eles foram condenados a penas que ultrapassam sete e cinco anos de reclusão, respectivamente. Além disso, juntos, terão de devolver aos cofres públicos, entre multa e reparação de danos, quase R\$ 1,5 milhão, a ser atualizado monetariamente.

Na denúncia enviada à 12ª Vara de Justiça do Distrito Federal, o MPF explicou que as fraudes aconteceram entre 2010 e 2012 e que resultaram em um prejuízo de mais de R\$ 1,3 milhão, à época. Os condenados responderam por estelionato qualificado – quando o crime é cometido em desfavor da União.

Segundo as investigações, Sullivan Barreto era funcionário terceirizado da **Capes** e preparava os documentos de pagamento de bolsas de estágio pós-doutoral, os quais eram encaminhados ao setor financeiro.

Nesse contexto, Sullivan aproveitou-se da função e inseriu no rol de beneficiários o nome de pessoas como parentes e amigos próximos para receberem os depósitos. Entre essas pessoas, estavam Débora e sua filha. A condenada aceitou participar da fraude e emprestou os dois nomes, recebendo, ao todo, R\$ 246 mil em suas contas bancárias.

Prejuízo à União

De acordo com a decisão assinada pelo juiz federal Marcus Vinícius Reis Bastos, “agiram os réus, por conseguinte, com vontade livre e conscientemente dirigida a causar prejuízo à União Federal/**Capes**, apropriando-se de valores destinados ao pagamento de bolsas de estágio pós-doutoral, mediante o ardil de incluir na relação de beneficiários pessoas de seu convívio, as quais não possuíam qualquer titulação e/ou vínculo acadêmico”. (Com informações do MPF)

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Universidade cancela 65 mil diplomas após investigação

Alunos que tiveram certificado registrado pela Unig são barrados em concursos São Paulo

A Universidade Iguazu (Unig), com sede no Rio de Janeiro, cancelou no ano passado 65.173 registros de diploma após ser alvo de investigação do Ministério da Educação.

Diante da situação, alunos do país todo têm sido barrados em concursos públicos, como mostrou o jornal "O Globo".

Os documentos cancelados certificavam os estudos de alunos formados em outras instituições de ensino de diversos estados.

Por não terem autorização para registrar diplomas, essas outras instituições, não universitárias, procuravam a Unig e outras universidades para fazê-lo.

O problema é que muitos dos cursos não cumpriam requisitos como o de carga horária e mesmo assim os certificados eram registrados.

Segundo o MEC, após denúncia de que a Unig estaria cometendo irregularidades nesse processo, foi instaurado procedimento de supervisão.

Nele, constatou-se que, de 2011 a 2016, a universidade realizou 94.781 registros de diplomas de cursos de outras instituições.

Para cumprir protocolo de compromisso firmado com o MEC e o Ministério Público Federal, a Unig então revisou esses registros e considerou que 65 mil não cumpriam os requisitos necessários.

Em nota, o MEC acrescentou ainda que a constatação de irregularidades na instituição partiu também de elementos obtidos por uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaurada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe).

As investigações levaram o MEC a suspender a autonomia da Unig em 2016, impedindo-a de registrar os diplomas dos próprios alunos e os de outras instituições — a primeira medida foi posteriormente revogada após o cumprimento de medidas do protocolo de compromisso.

Em nota, a universidade reafirmou que os diplomas cancelados foram emitidos por outras instituições de ensino e disse que "uma vez constatado que se trata de um diploma irregular, que não poderia ter sido emitido, o cancelamento do registro é medida impositiva e apropriada às normas regulatórias".

Declarou ainda que não foi objeto de investigação da CPI de Pernambuco.

O ministério afirmou que, ao todo, 25 instituições de ensino foram descredenciadas após comprovação de irregularidades na emissão de diplomas e certificados.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC está sem liderança, diz secretário-executivo de Educação de SP

SÃO PAULO - O secretário-executivo de Educação do Governo de São Paulo, Haroldo Corrêa Rocha, criticou o Ministério da Educação (MEC), liderado por Ricardo Vélez

Rodrigues.

"O Ministério da Educação está sem liderança e, mais do que isso, há uma disputa política e ideológica na equipe que faz vítimas, seja com demissões, nos programas de avaliação e está comprometendo a agenda de 2020", disse o secretário do governo Doria.

Rocha participou de evento promovido pelo Bradesco em São Paulo. Pontuou ainda que o MEC está muito focado numa agenda periférica com questões envolvendo por exemplo escola sem partido.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS

Demissões no MEC em disputa interna já causaram R\$ 171 mil de desperdício

A onda de demissões causada por uma disputa de poder entre grupos dentro no MEC (Ministério da Educação) não saiu de graça para os cofres públicos. Além de comprometer o funcionamento da pasta, as exonerações já custaram R\$ 171 mil só em ajudas de custos.

Esses valores são referentes aos pagamentos de auxílios para mudanças de dez exonerados. O pagamento é uma garantia para quem precisa se mudar para Brasília, mas as demissões intempestivas, em menos de três meses de trabalhos, podem ser questionadas por órgãos de controle como o TCU (Tribunal de Contas da União).

O total gasto ainda deve aumentar porque cabe ao governo o pagamento de novo auxílio para que os demitidos voltem a suas cidades de origem. Os valores foram levantados pela reportagem no portal da Transparência, do governo federal, e não levam em conta salários ou viagens feitas a serviço.

Os auxílios podem variar caso o nomeado tenha dependentes. O próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez recebeu R\$ 61 mil para mudança por ser casado e ter um filho pequeno.

O MEC vive desde o início de março um turbilhão envolvendo exonerações e mudanças que já atingiu ao menos 20 cargos. Sem experiência em gestão e com poucas conexões com o debate educacional, Vélez montou sua equipe a partir da indicação de vários grupos o que resultou em um mosaico de interesses e disputas.

A dança de cadeiras no MEC começou em 8 de março. Ao tentar dar agilidade às ações do MEC, o movimento atingiu discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo e responsável pela indicação de Vélez ao cargo.

O grupo olavista iniciou, assim, uma campanha de ataques que atingiu o ministro e pessoas ligadas a outros grupos, como militares e técnicos oriundos do Centro Paula Souza de São Paulo. Ricardo Roquetti, um dos assessores mais próximos de Vélez, foi o primeiro a entrar na mira dos olavistas e o próprio presidente Jair Bolsonaro (PSL) exigiu sua demissão.

Coronel-aviador, ele vinha desempenhando um papel protagonista no esforço de blindar o gabinete do ministro da ânsia ideológica dos olavistas. O governo havia gasto R\$ 27.446,78 em ajuda de custo para Roquetti, que ficou no cargo entre 15 janeiro e em 11 março.

Vélez ainda precisou demitir o secretário-executivo, Luiz Antonio Tozi. A mesma pressão dos olavistas não permitiu que o ministro nomeasse dois substitutos anunciados para o lugar de Tozi, o que resultou na demissão de Iolene Lima que havia recebido R\$ 13.623,39 como ajuda de custo.

Na semana passada, o presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido ao ser responsabilizado pela suspensão da avaliação de alfabetização medida tornada sem efeito depois. Vélez não teria sido avisado sobre o tema, embora o pedido para a suspensão da avaliação tenha partido do secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

Marcus é ligado aos militares e Nadalim, poupado no episódio, é ex-aluno de Olavo e por ele foi indicado ao cargo. Também sem ter sido consultada sobre o tema, a secretária de Educação Básica do MEC, Tania Leme de Almeida, pediu demissão.

Tozie Tania, que vieram do Centro Paula Souza, eram as referências nas conversas com representantes das secretarias de Educação de estados e municípios. A saída dos dois representou uma quebra da interlocução com as redes de ensino, que continuam à espera de definições como apoio federal à expansão de escolas de tempo integral e à implementação Base Nacional Comum Curricular (que definiu o que os alunos devem aprender).

O governo gastou, com ambos, R\$ 68 mil para que eles se mudassem de São Paulo para Brasília. A Marcus Vinicius, o MEC pagou R\$ 16.944,90 de ajuda de custo.

Nomeado em 8 de janeiro e exonerado dois meses depois, Rodrigo Almeida Morais fazia parte do grupo ideológico. Secretário-geral do PSL em São Paulo e ligado ao deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, Morais era assessor do ministro e recebeu R\$ 10.373,30 como ajuda de custo.

Segundo membros da equipe disseram à Folha, em condição de anonimato, Morais não exerceu nenhuma função relevante no período em que ficou no MEC, a não ser a de vigilância ideológica sobre as decisões da cúpula.

O grupo olavista é contra, por exemplo, a continuidade do apoio à Base Nacional. A atuação deles no gabinete do ministro ajudou a travar definições mais claras sobre esse e outros temas.

O professor de direito Carlos Ari Sundfeld, da FGV-SP, explica que o caso não indica ilegalidade, mas pondera sobre a questão de gestão. "O problema é de má gestão, não de má-fé. E a má gestão é algo que pode gerar consequências no controle de contas feito pelo TCU", diz ele.

O tribunal pode verificar, diz Sundfeld, se o gestor tomou os mínimos cuidados para que suas decisões não precisassem ser revertidas pouco depois, desperdiçando recursos. "A questão é saber se o gestor sabia o que estava fazendo ou tomou decisões impensadas sem verificar as qualificações. E o TCU pode verificar se, embora não haja má fé, tenha havido um erro grosseiro de gestão."

Segundo o diretor da Faculdade de Direito da USP, Floriano de Azevedo Marques, o

fato de haver demissões sem motivo aparente em tão pouco tempo não traz dúvidas sobre uma falha de gestão.

"A conduta de demitir alguém sem motivo aparente, apenas por descobrir que o sujeito torce para determinado time, não justifica essa demissão. O que seria uma falha na escolha de assessores", diz.

Segundo Marques, órgãos de controle, ou mesmo o Ministério Público, podem questionar se a conduta ficou "patentemente desidiosa [descuidada]".

Os benefícios são previstos em uma lei de 1990 e um decreto de 2001 e são pagos a partir de solicitação do servidor. Incluem ajuda de custos para despesas de viagem, mudança e instalação, transporte por via aérea dos profissionais e familiares e também traslado de mobiliário e bagagem. Os pagamentos também permitem que os servidores se mantenham em Brasília nos primeiros meses, uma vez que os salários demoram a entrar na folha da União.

Do orçamento de R\$ 136 bilhões do MEC, cerca de R\$ 24 milhões são destinados a auxílios, indenizações e benefícios. O MEC não respondeu se entende como desperdício esses pagamentos.

Na comissão de Educação da Câmara, Vélez defendeu que as mudanças no MEC foram todas de caráter técnicas, com exceção da demissão do presidente do Inep.

Na sexta-feira passada (29/3), o governo nomeou o brigadeiro Ricardo Machado Vieira como secretário-executivo do MEC. O cargo estava vago desde o dia 12.

Ex-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Vieira chega com a função de apaziguar os ânimos na pasta. Militares de dentro do governo, ouvidos pela reportagem, afirmam que, além de blindar Vélez, o perfil e a alta patente de Vieira indicariam uma maior dificuldade para a ascensão de um político no lugar de Vélez --pelo menos nos próximos dias.

topo 

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

O sepultamento do plano de investir 10% do PIB na educação

Para especialistas, revogação de parecer sobre investimento mínimo por aluno acaba com o Plano Nacional de Educação

Um dos dispositivos centrais para garantir o financiamento para uma educação de ponta no Brasil foi colocado em xeque na semana passada pelo próprio Conselho Nacional de Educação (CNE) — órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC). O colegiado anulou um parecer que regulamentava o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), que estabelecem padrões mínimos de investimento para promover um ensino de qualidade. Embora o mecanismo esteja previsto em lei, ele nunca foi regulamentado. Isso impedia uma implementação prática e também resguardava a União de eventuais ações judiciais por não investir o mínimo necessário. Agora, com o parecer anulado, educadores esperam uma maior desidratação do financiamento da educação, já que a regulamentação do CAQi e do CAQ era uma das principais estratégias previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) para alcançar, até 2024, o patamar de investimentos de 10% do PIB na educação.

O índice, estabelecido na meta 20 do Plano, mobilizou grandes discussões no Congresso durante a aprovação da lei do PNE em 2014. Em um momento no qual o governo

pressiona pela desvinculação de recursos do orçamento, desobrigando os entes federativos de aplicarem 25% de suas receitas na educação, especialistas afirmam que anular a regulamentação do CAQi e do CAQ é mais um elemento para minguar o montante destinado à área. Atualmente, o Brasil investe cerca de 6% do PIB no setor.

"O CAQ, sem instrumentalização, ou seja, sem a definição de valores, se torna uma carta de boas intenções. O problema é que cartas de boas intenções, nesse modelo de República Federativa que temos, não assegura direito, não garante a qualidade e não amplia o acesso à educação", afirma Carlos Eduardo Sanches, que foi presidente da Undime, entidade que representou os secretários municipais de educação quando o parecer que regulamentou o CAQi e o CAQ foi aprovado no CNE, em 2010. "A revogação do parecer do CAQi e do CAQ tem um agravante por conta do contexto na qual está inserida. Com a decisão do CNE, o Plano Nacional da Educação foi praticamente sepultado."

Enquanto o CAQi estabelece valores mínimos anuais a ser investidos para que os alunos possam aprender com qualidade, o CAQ estabelece o quanto é preciso investir para se aproximar dos padrões dos países mais desenvolvidos em termos educacionais. Segundo a lei, o CAQi deveria ter sido implementado até 2016 — o que não aconteceu — e o CAQ em 2024.

Para calcular ambos os indicadores, são consideradas variáveis como o tamanho das turmas, o recurso necessário para formação, o salário de professores, a infraestrutura adequada e a manutenção de bibliotecas, de acordo com o que estabelece a própria lei brasileira. Atualmente, há uma grande distorção entre o que a União repassa por meio do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e o valor que deveria ser investido segundo o Custo Aluno-Qualidade Inicial. Nos anos iniciais do ensino fundamental na rede urbana, por exemplo, enquanto o CAQi estabelece que o investimento anual por aluno deveria ser de R\$ 7.545,06, o Fundeb repassou em 2018 apenas R\$ 3.016,67. Como argumento para justificar a anulação, o CNE alegou que não tinha competência para definir as diretrizes que poderiam gerar despesas para a União.

Embora o parecer tenha atravessado três presidentes — Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer — sem ser homologado pelo Ministério da Educação, a simples existência dele era suficiente para que a Justiça desse ganho de causa a alguns estados que acionaram a União em busca de mais investimentos. Com base no parecer, que fora aprovado pelo Conselho, a Justiça de Mato Grosso, por exemplo, determinou que a União definisse os valores de referência e comesse a pagá-los, sob pena de multa de R\$ 100 mil. A decisão foi proferida em março deste ano.

A reunião para discussão da revogação do parecer foi convocada em caráter de urgência a pedido do MEC. "Com essa ação, o Ministério e o Conselho se eximiram de resolver o problema. Eles quiseram colocar o CAQ e o CAQi no limbo com essa revogação", afirma Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, organização da sociedade civil que construiu a metodologia de cálculo do CAQi e do CAQ. "Como na cultura política brasileira há a ideia de que a lei não necessariamente precisa ser cumprida, aproveitaram-se disso para anular o parecer que regulamentava esse investimento mínimo. O Brasil é campeão em ilegalidade." De acordo com o educador, a medida, caso não seja revertida, terá reflexos nefastos na educação

brasileira, já que facilitará o contingenciamento de investimentos na área.

“Os gestores de educação no Brasil terão menos orçamento para garantir a educação de qualidade”, critica Cara. “Isso significa que as escolas vão continuar sem ter professores bem remunerados e sem política de carreira; que as salas vão continuar superlotadas. Significa ainda que as escolas não terão biblioteca e laboratórios adequados, além de coisas básicas, como acesso universal à luz, à água e ao tratamento de esgoto”, afirma.

Dados do Censo Escolar 2018 mostram que quase 45% das escolas de ensino fundamental não têm biblioteca e que 42% não contam com banda larga. Além disso, cerca de 4% não têm nem banheiros. Nas escolas de ensino médio, a situação é um pouco melhor, mas ainda assim, 2,9% das unidades também não têm banheiros.

Secretária de Educação Básica do MEC em 2010 quando o parecer foi aprovado, Pilar Lacerda se opôs à posição do próprio MEC na época de não homologar o documento. Para Lacerda, a revogação do texto é ainda mais grave e denota falta de atenção com a área.

“Essa medida mostra que a educação não é prioridade. O CAQi e o CAQ mostram o quanto é necessário para alcançar uma educação de qualidade. Se não tivermos essa medida, vamos continuar trabalhando com o recurso que está disponível, mas que não é o suficiente. É um contrassenso por parte desse governo falar que educação básica é prioridade e trabalhar para revogar esse dispositivo. É sempre bom ver a partir das ações quem valoriza a educação básica de fato e não só de discurso”, diz Lacerda, que atualmente é diretora da Fundação Sociedade de Maria.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Vagas : Inep abre inscrições para seleção do Enade 2019

Docentes selecionados vão participar da elaboração das provas. As inscrições deverão ser efetuada de 3 a 24 de abril

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) publicou nesta terça-feira (2), Chamada Pública para compor o Cadastro de Elaboradores e Revisores de Itens da Educação Superior (Ceres) do Banco Nacional de Itens (BNI).

Os docentes selecionados vão participar da elaboração das provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2019. A inscrição deverá ser efetuada de 3 a 24 de abril, exclusivamente pelo Sistema do BNI.

O BNI visa armazenar itens com qualidade técnica para a montagem das provas aplicadas pelo Inep, incluindo o Enade. Para o Enade, o objetivo é subsidiar provas capazes de estimar com maior precisão a proficiência dos estudantes com relação a conteúdos programáticos, habilidades e competências previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos de graduação ou nas orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

O cadastramento e a seleção de colaboradores para elaboração e revisão de itens são destinados aos docentes que atuem nas áreas de: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica,

Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica e Engenharia Química.

Para se inscrever, o docente precisa cumprir os seguintes requisitos:

- Ter diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior, devidamente registrado e emitido por Instituição de Educação Superior (IES) credenciada pelo poder público competente;
- Exercer ou ter exercido atividade docente, nos últimos 18 meses, no curso de graduação para o qual pretende efetuar inscrição, comprovando o vínculo em IES credenciada pelo poder público competente;
- Ter disponibilidade para as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do BNI, conforme funções e datas previstas no edital;
- Não pertencer ao quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, do Inep, da **Capes**, do FNDE, do CNPq ou da Finep, ou estar em exercício em algum deles;
- Ter reputação ilibada;
- Não ter pendências junto às autoridades tributárias e previdenciárias;
- Ter conhecimentos de informática, particularmente no que se refere ao uso de aplicativos de edição de texto;
- Dispor de computador com sistema operacional Windows para acessar o ambiente virtual do BNI.

Critérios e seleção

Serão considerados os títulos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), experiência docente na educação superior e experiências em edições anteriores do Enade nos últimos dois ciclos avaliativos (2013 a 2018). A classificação de docentes obedecerá à pontuação obtida conforme os critérios e aqueles com maiores pontuações terão prioridade na convocação para a capacitação, observadas as necessidades de cada área. Todos os selecionados passarão por capacitação, quando serão repassadas as normas, procedimentos e critérios técnicos requeridos para a elaboração e revisão de itens para o BNI.

O período para a convocação dos profissionais selecionados vai de 25 de abril a 3 de maio. Já a capacitação será realizada de 6 a 24 de maio e a oficina de elaboração e revisão de itens de 3 a 21 de junho de 2019. Todas as etapas serão à distância.

O Banco Nacional de Itens (BNI) fornece insumos para as diversas avaliações e exames desenvolvidos pelo Inep, assegurando a disponibilidade de itens de qualidade, elaborados e revisados para cada instrumento, seja prova ou questionário. Todos os colaboradores participam de capacitações e oficinas de elaboração/revisão. A participação da comunidade educacional e acadêmica de todo o Brasil amplia a diversidade e melhora a adequação dos instrumentos para a avaliação da educação do país.

O presente edital selecionará colaboradores para as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias e para o componente de Formação Geral. Em um próximo estarão contempladas as áreas de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e Cursos Superiores de Tecnologia.